



Anais da Assembléia

N.º 139

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1983

(Terça-feira)

Presidência do sr. deputado Trajano Bastos, secretariada pelos srs. deputados Werner Wanderer e Amélia Hruschka.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Adir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dhalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão e instalado o Período Extraordinário de Sessões, convocado pelo excelentíssimo sr. governador do Estado, através da Mensagem Governamental n.º 170/83, de 05 de dezembro de 1983, para funcionar entre os dias 06 a 20 do corrente ano.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, regime de urgência ao projeto de Lei n.º 222/83, oriundo da Mensagem Governamental n.º 140/83.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. Gilberto G. Garbi, diretor presidente da Telepar, solicitando a instalação de cinco (05) aparelhos telefônicos através de uma Central do Posto de Serviço do Portão Ocoy, Distrito de Missal.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1983.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Portão Ocoy é um distrito que vem crescendo a cada dia que passa e por isto merece a instalação destes aparelhos telefônicos.

De iniciativa do presidente da Câmara Municipal de Missal, sr. João de Pieri, que vê a necessidade de dotar aquele distrito com mais estes benefícios, a fim de assistir melhor a coletividade, é que solicitamos o presente, e esperamos contar com o apoio dos nobres deputados na aprovação deste.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado a sua excelência o governador do Estado, expediente consubstanciado em apelo no sentido de que sejam determinadas providências urgentes visando o aproveitamento dos professores concursados junto à Secretaria de Estado da Educação, para ministrarem aulas entre a 5.ª e 8.ª séries.

Tal apelo se faz tendo em vista o vencimento no próximo mês, da validade do último concurso realizado pelo Estado, para os professores.

O não aproveitamento dos professores que não conseguiram sua nomeação, importará para muitos a impossibilidade de participarem de novo concurso, por questões de idade.

Por outro lado, o aproveitamento do pessoal já concursado trará inúmeros benefícios ao Estado, inclusive reduzindo o número de aulas suplementares que vem sendo autorizada, pela falta de professores.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Assembléia, do editorial "Picaretas da República", publicado na edição de "O Estado do Paraná", de 06.12.83.

Com invulgar clareza e perspicácia, o referido artigo retrata a ascensão de um senador biônico à condição de segundo homem daquele que se diz o partido das massas — o PMDB.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1983.

(az) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da Casa, do editorial "A perda de um líder", publicado na edição de 06.12.83, de "O Estado do Paraná".

O artigo espelha, de forma singela e fidedigna, a trajetória do grande político e homem público que foi o deputado Luiz Gabriel Sampaio, Secretário Geral do Diretório Regional do PDS, até seu infeliz desaparecimento.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1983.

(az) TUGUIO SETOGUTTE

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 131/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica denominado “LUIZ GABRIEL SAMPAIO”, o edifício do Anexo II (Gabinetes Parlamentares) do Palácio “19 de Dezembro”, sede do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1983.

(a) ANÍBAL KHURY

(a) ROBERTO REQUIÃO

JUSTIFICATIVA:

Com a presente denominação queremos prestar singela homenagem ao ilustre parlamentar que foi Luiz Gabriel Sampaio, marcando assim a sua curta, mas brilhante passagem por este Poder Legislativo, a fim de que sua conduta, sempre voltada em prol do bem comum, sirva de estímulo para que as novas gerações, tão carentes de exemplos de personalidades, possam nela se escudar e continuar em busca de novos ideais.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 253/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica outorgado o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Maestro GIUSEPPE BERTOLLO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1983.

(aa) CAÍTO QUINTANA e MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Assinamos o presente projeto de lei no dia das festividades da Proclamação da República em nosso País, por ter sido nesta mesma data em que nosso homenageado comemorou o seu 55.º aniversário.

O Maestro Giuseppe Bertollo, pessoa conhecidíssima de todos os paranaenses, que o chamam carinhosamente de “BEPPI”, nasceu em Tombolo - Província de Pádua - Itália, aos 15 dias de novembro de 1928.

Filho de Luigi Bertollo e Dona Antonietta Petrin. É casado com a sra. Maria Luiza Bedin Bertollo, possuindo três filhas brasileiras, Antonietta Dina Laura e Giselle. Iniciou seus estudos escolares na própria cidade onde nasceu, fazendo o segundo grau em Cittadella, cidade famosa e histórica da Itália, pelas suas muralhas medievais, as mais intactas da Europa. Iniciou os seus estudos musicais com o capelão da cidade (Tombolo) - Dom Armando, época em que fez parte da Banda da Diocese tocando trompete (piston) quando se encerrava a Segunda Guerra Mundial.

Destaca-se nessa oportunidade, a participação da Banda nas solenidades da vitória dos aliados, bem como nos funerais dos “partigiani” que colaboraram com a vitória. Em 1947, em razão da existência de vários parentes em Curitiba, Brasil, que já haviam vindo no final do século passado, interessou-se Beppi em vir ao Brasil. Além de ser músico na Itália, já trabalhava como ajudante de mecânico. Em 19 de dezembro de 1947, embarca em um navio brasileiro — o “Raul Soares”, com destino a Santos.

O comandante do Barco simpatizou-se com Beppi, por ele ser músico e ou por ter em comum algo com a história do Brasil — ter nascido a 15 de novembro, data da Proclamação da República Brasileira.

Assim sendo, nessa viagem de quase dois meses de tripulação nacional, chegou ao País quase falando o português. Chegando ao Brasil em pleno carnaval, nas várias cidades que aportou — Recife, Salvador, Rio de Janeiro e finalmente Santos já sentiu o clima musical fervente de Momo — contagiando-se e sentindo que a música no Brasil tinha prestígio. De Santos, deslocou-se para São Paulo e no último dia de carnaval — 10 de fevereiro — embarcou para Curitiba, via férrea, chegando 27 horas após.

Em Curitiba, desenvolveu inicialmente a atividade de mecânico em uma oficina de propriedade de um certo Senhor Nave. Após pouco tempo, correu a notícia que Beppi também era músico, tendo o Maestro Gerdau do Rosário, já falecido, da orquestra Manon do famoso Cassino Ahú, lhe solicitado uma audição musical. Imediatamente o citado maestro o contratou para começar a atuar em sua orquestra, estreando logo no dia seguinte.

Qual foi sua alegria, pois sua remuneração seria de CR\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por dia — na realidade quatro/cinco vezes mais do que percebia como mecânico. Para se ter uma idéia da época, o administrador do Cassino também, por coincidência de nome Beppi (Dal'molin) servia uma um jantar — filet completo — prato muito usado ao preço de CR\$ 2,00 (dois cruzeiros). Imagine a alegria de Beppi, saindo da 2.ª Guerra Mundial e tendo uma remuneração que cobria 25 belas refeições; estava verdadeiramente em um decantado paraíso tropical. Logo a seguir, foi convidado a participar da Orquestra da SCABI - Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê. Participava, à época da Rádio PRB-2, dirigida pelo Maestro Zeike. Atuou sobre a regência dos Maestros Zeyer, e Jorge Kozsas, junto o saudoso flautista paranaense Jorge Frank, em série de Sinfonias, no tradicional Clube Concórdia. Continuava Beppi a atuar como músico e vários dietores de Orquestra interessaram-se em contratar os seus serviços, cabendo à Orquestra Columbia o privilégio de tê-lo como um dos seus solistas, pagando-lhe por duas atuações semanais o equivalente à semana inteira de trabalhos diários. Um grupo de PRB-2 onde Beppi atuava, foi convidado para abrilhantar as festividades do Centenário da cidade catarinense de Blumenau, onde conheceu um gestor — que vendo-lhe tocar — convidou-o a formar um conjunto para inaugurar um “night-club” em Curitiba. Daí surgiu — 5 de dezembro de 1950, o nome de “BEPPI E SEUS SOLISTAS” que durante décadas atua e abrilhanta festividades, bailes e “night-clubs”. Qual dos atuais dirigentes de empresas, profissionais liberais, políticos e expressões máximas do nosso meio que não conheceu o Beppi atuando no Dancing Caverna? ou mesmo em clubes? A partir de 1950, Beppi prossegue os seus estudos musicais em Curitiba, na Escola de Música e Belas Artes do Paraná, tendo a felicidade de conviver com Bento Mossurunga, Renée Devrainne Franck, sua professora de piano, João Poeck, de Composição Musical, Jorge Kozsas, de Harmonia e outros expoentes estudando naquele Estabelecimento, em grau superior, até 1960. Antes, em 1959, foi solista no Concerto de Haydn para trompete, na inauguração da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, onde também atuou, por quinze anos, como primeiro trompetista da Orquestra daquela Universidade. Tal qual foi o êxito desse concerto que, durante a inauguração, foi repetido por mais noites subsequentes. Como integrante da Sinfônica da Universidade Federal do Paraná, participou de vários concertos outros — 1959/60, nas inaugurações das várias Universidades Estaduais. Esteve Beppi, com o seu grupo musical nos Estados Unidos e Hawai por ocasião do Congresso Internacional do Lyons Clube, em junho de 1976, percebendo o 1.º prêmio em desfile alegórico, bem como o grupo do Lyons do Paraná, dessa maneira representou com distinção o Brasil e em especial o Estado do Paraná naquele conclave. Nos últimos cinco anos, Beppi recebeu o 1.º prêmio como melhor orquestra do Paraná promoção do jornal “Estado do Paraná”. Nos últimos dois anos, recebeu o 1.º prêmio, como melhor Orquestra de Carnaval, concedido pelo Diário Popular. Muitos expoentes musicais, que hoje atuam em Capitais brasileiras, tiveram a convivência e formação musical com Beppi. Destacam-se nesse sentido, Valtel Branco (Rede Globo) e Maciel do Trombone. O Distrito L-6 do Lyons de Curitiba conferiu

a Beppi o troféu HONRA AO MÉRITO pelo brilhante desempenho no Exterior. Beppi recebeu Placa de Prata alusiva ao Centenário da Imigração Italiana em Santa Felicidade, pelo seu trabalho musical comunitário. Foi reconhecido com medalha de ouro pela Câmara de Comércio, Indústria e Pádua — Itália, prêmio este que é conferido a cidadãos, filhos de paduanos, após 20 anos de destaque profissional no Exterior. Beppi realiza anualmente, com um grupo de instrumentistas, por ocasião do Natal, um concerto, em cima de prédios da cidade, tornando uma tradição curitibana. Em várias ocasiões e anos consecutivos, realizou show de abertura alusivos às debutantes, escrevendo letras musicais às meninas moças, executando temas famosos em estilo Broadway como My Fair Lady, Over the Rainbow, Hello Dolly, Noviça Rebelde e tantos outros.

Ressalte-se que no centenário do Clube Curitibano, Beppi letrou e orquestrou o tema "Chorus Line", o qual após dois anos, foi trazido ao Brasil e até agora mantém-se em cartaz, em São Paulo. Fez vários cursos intensivos de música no Exterior - Itália, e EEUU. Continua atuando como músico e professor, dando de si e incentivando jovens musicistas com o seu conhecimento e experiência. Beppi e Seus Solistas marca uma exceção no meio musical nacional, mantendo há 33 anos uma orquestra unida, que alegra multidões no Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e em ocasiões especiais o Distrito Federal - Brasília. A música com linguagem universal entre os povos, tem no Paraná, na pessoa de Beppi, o seu mais lídimo representante, pois através de seu trabalho sério e consciente, através dos anos, vem trazendo a alegria e o entretenimento às gerações que por muitos e muitos anos, levarão a marca de seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Sérgio Spada, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Odeni Mongruel, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. presidente, srs. deputados.

No último final de semana o Paraná foi sacudido por duas notícias entristecedoras, e que na verdade magoaram profundamente a nossa gente. Refiro-me às mortes do deputado Luiz Gabriel Sampaio e do professor Alcides Munhoz Netto.

Esta Casa, ontem, pelas palavras dos eminentes deputados Luiz Alberto Oliveira e Nilso Sguarezi, além da manifestação do presidente desta Casa, deputado Trajano Bastos, já prestou uma homenagem, que será ampliada em sessão futura, ao deputado Luiz Gabriel Sampaio. E, além de me associar ao que foi dito a respeito do ilustre deputado desaparecido, companheiro e amigo, eu gostaria, neste momento, de prestar a homenagem também, dos paranaenses, ao professor Alcides Munhoz Netto, uma das figuras mais ilustres da Ciência Jurídica do nosso Estado.

Professor universitário, advogado que se dedicou ao ramo criminal, homem que buscou, em toda a sua vida pública e especialmente no Magistério, a necessidade de afirmação dos princípios democráticos e a defesa incessante das liberdades do povo brasileiro. Foi assim que Alcides Munhoz Netto conduziu a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui em Curitiba, um dos eventos mais memoráveis e decisivos para determinar a aceleração do processo de abertura democrática, em nosso País. E eu tive a felicidade de acompanhar aquele Encontro da Ordem dos Advogados do Brasil, e como paranaense, senti-me profundamente orgulhoso de ver as posições claras assumidas pelo professor Alcides Munhoz Netto, naquela

ocasião; posições que ele reiterou, que ele repetiu ao longo de sua existência; posições que ecoaram nacionalmente e que acabaram por incutir, na mente de cada brasileiro consciente de que este País é viável, dentro da democracia, e há de crescer e de se desenvolver, num regime de liberdades democráticas.

As idéias plantadas pelo professor Alcides Munhoz Netto, jurista, penalista dos mais ilustres no Brasil, ainda estão presentes na formação de cada um de nós, e particularmente na formação da juventude deste Paraná.

Rendo esta homenagem, não somente como deputado, mas como um ex-aluno do professor Alcides Munhoz Netto, como um dos paranaenses que procura cultivar com toda a veemência possível os valores morais, intelectuais e culturais, de sua gente; e Alcides merece esta homenagem. E mereceu também um prêmio importantíssimo que foi a menção do seu nome no Parecer do Deputado Octávio Cesário, quando relatou a nova Lei de Segurança Nacional, que foi aprovada recentemente pelo Congresso Nacional.

Não poderia talvez receber Alcides Munhoz Netto uma homenagem mais espontânea, mais justa, que pudesse retratar efetivamente a justiça de toda a sua luta, de toda a sua combatividade, em proveito da nação brasileira.

Eu quero, ao mencionar esta manifestação do relator da Lei de Segurança Nacional, Deputado Octávio Cesário, dizer que o parlamentar paranaense fez justiça a um grande homem do Paraná, e esta Assembléia Legislativa, ao registrar, em seus anais, esta nossa manifestação, consagra para todo o sempre, o reconhecimento nosso, pelo trabalho magistral do educador, de jurista, de vanguardeiro das liberdades democráticas, que foi Alcides Munhoz Netto.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. presidente, srs. deputados.

Venho hoje à tribuna para fazer mais um apelo ao sr. governador do Estado, com referência aos professores concursados de 5ª a 8ª série, que estão vendo o final das últimas esperanças no dia 13 de janeiro, quando vence o prazo daquele concurso realizado e não foram ainda nomeados. Muitos professores, que lutaram com dificuldades, principalmente no interior, o professor que lecionava na área municipal, ganhando, às vezes, abaixo do salário, porque era salário-hora, sacrificando e se deslocando a cidades distantes para cursar uma faculdade, fizeram um concurso, um concurso público, sério, por uma comissão designada, uma comissão de técnicos, sem qualquer interferência política.

Dezoito mil inscreveram-se para o concurso e desses 18 mil, 16 mil foram aprovados. Desses aprovados, foram nomeados pelo governo passado, 6 mil professores. Ainda restam 10 mil e poucos professores para serem nomeados. E não vejo o porque desta não nomeação se existe vaga. O número de aulas extraordinárias é muito grande do Paraná. Fica muito mais caro ao Governo do Estado pagar aula extraordinária, do que nomear os professores já concursados.

E mais uma justiça precisa que se faça ao professor que enfrentou um concurso, que já no próximo concurso não terá mais idade para se inscrever. Verá perdido todo o seu tempo de faculdade, a sua dedicação ao ensino e não poderá mais enfrentar um concurso.

Por isso estou encaminhando à Mesa um requerimento, vazado nos seguintes termos: (O requerimento foi lido no Expediente).

Neste mesmo sentido nós tivemos a oportunidade de ver um apelo de um deputado também da área do governo, para que atendesse esta reivindicação dos professores. Não justifica não encontramos nenhuma argumentação: Não. Não foram nomeados no governo passado, foi talvez por falta de recursos, mas 6 mil professores foram nomeados, e é preciso que aproveite ou que o governo ache uma saída. Se não puder nomear os 10.600 professores aprovados, remanescentes desse concurso, que nomeie o que for possível e que prorrogue ainda mais esta prazo, para o aproveitamento desses professores que lutaram tanto, que enfrentaram as maiores dificuldades para verem coroado de êxito os seus anos de estudo, os seus anos de sacrifícios e os seus anos de dedicação em favor do ensino.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. presidente, nos bastidores da Assembléia Legislativa, novamente notamos a presença dos homens que pretendem influenciar esta Casa a respeito da construção da Usina de Salto Segredo. (Lê):

“É preciso que se reitere nesta oportunidade a necessidade e propriedade do programa de eletrificação rural. De nada valem os investimentos em geração elétrica, quando a rede de distribuição e eletrificação rural e urbana são precárias. Sobre energia e o povo paga mais caro por ela, para financiar o investimento de geração não distribuída. Isto está acontecendo no Paraná. Atingimos apenas 52,8 por cento dos domicílios urbanos e rurais, enquanto Santa Catarina atinge 78,5 por cento e o Rio Grande do Sul, 67,2 por cento.

A guerra entre a Eletrosul e a Copel pela construção de Salto Segredo é uma guerra que não interessa ao consumidor e ao povo do Paraná. É uma guerra corporativa, uma questão de poder. Não podemos aceitar este conflito de competência acima dos interesses do povo, não importa quem constrói uma usina, se ela for necessária para o desenvolvimento do País. Além do mais a tarifa é fixada pela Eletrobrás e igual em todo o território nacional.

Hoje, a centralização tributária, é seguramente a União que tem recursos para a construção de usinas, como de resto para todos os grandes projetos nacionais. Aliado o argumento dos recursos, na mão da União, com o argumento de excesso de energia no Paraná, a discussão de quem deve ou não construir Salto Segredo, é um despropósito.

O que se pode colocar em questão é a legislação nacional que centraliza a geração de energia e a necessária reforma tributária que o País precisa sofrer. No entanto, está melhor o consumidor de Santa Catarina, onde a empresa se dedica à distribuição de energia.

O argumento de que nas mãos da Copel, empreiteiras do Paraná seriam responsáveis pela construção de Salto Segredo, se esboroa na análise do procedimento das construções das usinas anteriores, onde, apesar de serem construídas pela Copel, não coube a qualquer empresa paranaense o papel mais importante no processamento das obras.

É hora de pensarmos no interesse do povo. Deixemos de lado as ambições da tecnoburocracia e de algumas grandes empreiteiras.

O investimento gerado na distribuição, aplicado na distribuição rural e urbana, viabiliza o desenvolvimento do Estado, e cumpre as promessas de campanha eleitoral.

Distribuição rural e urbana, ou fica como está, e como está o povo não quer mais.

Não devemos, em plena crise, desviar recursos do setor social para alimentar sonhos tecnoburocráticos e contentar grandes empreiteiras que nem mesmo serão paranaenses.

Vale a análise da prioridade social também para o acréscimo do ICM que iremos analisar nesta Assembléia, o aumento de 16 para 17 por cento só se justifica se comprometido, terminantemente a fundo perdido, com um projeto social de largo alcance, que por exemplo poderia ser um largo projeto de habitação popular.

Precisamos fixar posições definitivas com o uso dos recursos públicos, principalmente no momento em que esta Assembléia aprovou o mais democrático e participativo orçamento dos vinte anos da história do Paraná”.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Sr. presidente, nobres srs. deputados.

Ainda na semana passada, subíamos a esta tribuna para fazermos uma rápida consideração a respeito da existência, ainda, até os dias de hoje, do confisco cambial ou taxa de contribuição, nas exportações dos produtos agrícolas.

Dizíamos naquela ocasião, que a bancada do PMDB, e posteriormente também setores da bancada do PDS, se aliavam conosco na luta de prevenção contra o aumento, ainda hoje existente, dessa taxa de contribuição, desse confisco de 5 por cento que existia sobre a soja e alguns de seus derivados e sobre o milho.

Para nossa alegria e satisfação, no dia 2 de dezembro de 83, lendo a “Gazeta Mercantil”, na sua seção de Economia, pudemos constatar um artigo onde diz: “Cacex reduz alíquotas de exportação para produtos agrícolas”. E como justificativa, dizia lá que “para conter a onda de boatos de que aumentaria a alíquota do imposto sobre exportação de soja de cinco para vinte por cento, o governo resolveu antecipar a diminuição da alíquota”.

Isso para nós soou assim, como até uma satisfação, em função da campanha encetada pela bancada do PMDB do Estado do Paraná; não só pela bancada do PMDB do Paraná, diga-se de passagem, mas pelo Brasil inteiro, haja vista que, nessa campanha, se somaram as Assembléias Legislativas de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Câmara dos Deputados, o Senado Federal, que durante esse período de 10 de novembro até o dia 30 de novembro, desencadearam uma série de pronunciamentos e entrevistas, e isso, temos certeza, que chegou aos ouvidos do governo federal; chegou aos ouvidos do sr. Carlos Viacava, que fez com que a Cacex apresentasse esse voto de redução da alíquota de exportação sobre o soja e que vai passar, já está vigorando, ou melhor dizendo, a partir do dia primeiro de dezembro.

Se, por um lado, a conquista daquilo que nós queríamos não foi plena, porque nós advogávamos e defendíamos a pura e simples revogação da Resolução 819, que ainda fixa esses índices, essas alíquotas de contribuição; por outro lado, só o fato de o governo federal se mostrar sensibilizado, reduzindo paulatinamente essa alíquota, já é alguma coisa que venha a justificar todo aquele empenho da bancada do PMDB do

Paraná e no Brasil inteiro, em defesa da nossa agricultura, contra o confisco cambial. E diz mais adiante, também na reportagem: "essa medida, segundo Viacava, foi adotada para mostrar as intenções do Governo em incentivar o setor e ampliar a sua produção, sem temer atitudes que possam tolher as liberdades de comercialização com o exterior". E vai mais além, diz ele: "promover total liberdade de exportações, sem fazer uso do controle ou contingência para a garantia de abastecimento do mercado interno", porque, diz ele, "é um mecanismo demagógico de controle da inflação".

Esperamos, sr. presidente, srs. deputados, que esta atitude tomada pela Cacex, logicamente com o apoio do ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, não pare por aí, porque o nosso movimento pelo fim do imposto de exportação em cima de produtos agrícolas, pelo fim do confisco cambial, seja ele na soja, no café, ou seja ele em qualquer produto, vai continuar.

E se hoje está prevista uma redução paulatina, vamos ainda mais aumentar a nossa luta, para que esta revogação seja total e acabe o confisco.

Era só, sr. presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. presidente, srs. deputados.

Na realidade dois assuntos nos prendem a falar hoje nesta sessão. O primeiro assunto é local, de minha cidade de Apucarana. O segundo assunto, abrangente para todo o Estado do Paraná, e a mensagem do sr. governador do Estado, mandada a esta Casa, para o aumento da alíquota do ICM para os próximos anos.

Começaremos pela mensagem do sr. governador, onde nos posicionamos, a partir de hoje, frontalmente contra esta medida e contra esta mensagem mandada para esta Casa. Porque podemos citar até como exemplo as palavras do próprio Governador e do próprio secretário das Finanças, quando da aprovação do Decreto 2065, onde este aumento teria que ser regulamentado pelas Assembléias regionais, ambos se posicionaram contra qualquer tipo de aumento de imposto.

O que poderia causar e o que poderá gerar este aumento de impostos? Além de correremos o risco de sacrifício das empresas com o aumento de seus impostos — que já são muitos os impostos federais, no aumento do imposto estadual, poderemos ter mais uma geração de crise de desemprego no Estado; deveremos ter o aumento para o bolso do trabalhador, no pagamento do custo final das mercadorias transacionadas por este Estado.

Queria deixar a minha posição, desde já, frontalmente contra esta mensagem.

Outro motivo que nos traz a esta tribuna, é exatamente o problema local da cidade de Apucarana.

Há quinze dias passados, tivemos uma nova eleição para Presidente da Câmara daquele município, porque o ex-presidente havia renunciado o seu cargo e ao seu mandato de vereador, por descontentamento e desavenças com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Deu-se a nova eleição. A Câmara estava composta por sete elementos, porque um vereador do PDS estava adoentado, acidentado.

Houve um empate, entre um candidato lançado pelo PMDB e outro candidato, também do PMDB, só que apoiado pela bancada do PDS.

Foi para segunda votação. Ganhou o candidato apoiado pelo PMDB, por idade. E o que nos causa transtorno de tudo isto, srs. deputados, é que o Diretório Regional do PMDB de Apucarana, que se diz participativo, está com um processo para cassar os direitos políticos de dois vereadores do PMDB que votaram em seu partido, alegando traição.

Como este partido vem pregar a democracia, a vontade livre de votar, quando está tentando cercear o direito de seus próprios companheiros de usarem a arma secreta, aquela dada pelo povo, arma sagrada do seu direito de voto?

O próprio PMDB da cidade de Apucarana propõe a cassação de dois vereadores eleitos pela vontade do povo também do PMDB, por alegarem infidelidade.

Como infidelidade e onde fica o direito da minoria, que tanto prega o partido da Oposição?

Eu queria deixar aqui o meu protesto, ao Diretório Regional do PMDB daquela cidade, para que tenha consciência do que pregaram nos palanques do que pregam no seu programa e que me obriga hoje a vir defender os políticos da oposição que exerceram, como acharam de direito, e de bem o seu direito sagrado de votar numa eleição.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Sr. presidente, srs. deputados.

Estou vindo do Oeste do Paraná, onde passei os últimos dias, e infelizmente pude constatar, naquela região, um processo em desenvolvimento, envolvendo, sr. presidente, a assistência médica com os interesses de um grupo político econômico. É um problema que vem crescendo, vem atingindo a sindicatos na manipulação de convênios com o Funrural, é um problema que vem crescendo no momento em que um determinado grupo passa a buscar o monopólio da assistência médica na região Sudoeste do Oeste do Paraná.

A tendência de forma inteiramente parcial, em se manipular os convênios médicos hospitalares do INAMPS rural o que para não se dizer mais, aparentemente viria de encontro aos interesses desses grupos que se está infiltrando no Oeste e no Sudoeste.

Haverá com isso extremo prejuízo das entidades já detentoras de convênios há longos anos, com reflexos prejudiciais ao pessoal médico, paramédicos e trabalhadores rurais.

Deve-se acrescer que ao longo de muito tempo, medidas parciais vêm sendo tomadas dentro da Previdência Social no Paraná. E eu quero fazer esta denúncia, sr. presidente, porque este grupo está se espalhando já por várias cidades, logo com a medicina e a assistência médica e isso é muito grave, srs. deputados, Pato Branco, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Três Barras, Guaraniaçu, Salgado Filho, Arapoti, Enéas Marques, Francisco Alves, Alto

Fiquiri, São Miguel do Iguaçu, Ampére, Boa Vista da Aparecida, querendo tudo ser centralizado em Cascavel e parece-me vou buscar provas no próximo final de semana, que há envolvimento da chefia do INAMPS do Paraná.

Por enquanto, por falta de dados mais concretos, eu fico somente neste alerta, para a graves situação que está se armando no Oeste e no Sudoeste, misturando os interesses maiores da assistência médica à população, com os interesses políticos e econômicos na manipulação de toda uma estrutura que deveria ser voltada única exclusivamente à assistência médica.

Na próxima semana vou voltar a ocupar este microfone e denunciar de forma clara, quem está envolvido nesta verdadeira trama contra a assistência médica no Oeste e no Sudoeste do Paraná.

Era o que eu tinha a dizer hoje, sr. presidente, srs. deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao sr. deputado Leônidas Chaves, inscrito no Pequeno Expediente.

Estando ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Caíto Quintana, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

Tendo declinado, concedo a palavra ao sr. deputado José Antônio Fonseca, inscrito.

Estando ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Orlando Pessuti, inscrito.

Havendo declinado, concedo a palavra ao sr. deputado Tuguio Setogutte.

Concedo a palavra ao sr. deputado Ervin Bonkoski, inscrito.

Estando ausente, consulto a liderança do PDS se fará uso do seu horário que lhe é destinado.

Havendo declinado, consulto a liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao sr. deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê): "Nos países mais desenvolvidos culturalmente, as aspirações da juventude são atendidas com prioridade pelo Estado.

E nem poderia ser diferente, srs. deputados, porque a juventude representa a maior riqueza que uma nação pode ter.

É ela, a juventude, a depositária das maiores esperanças de progresso, de bem estar social, de liberdade e de paz entre os povos.

É por isso, sr. presidente, que os governos dos países soberanos dirigem a sua ação levando em conta os interesses legítimos da juventude. É pensando nela que se planeja, que se arrecada e que se executam obras e serviços visando o bem comum.

Historicamente, regimes os mais díspares, de filosofias políticas tão peculiares e diversificadas, têm construído estádios, ginásios, escolas, universidades, espaços livres nos conjuntos residenciais, parques e praças para satisfazer as crescentes aspirações da mocidade.

Ao contrário do que ocorre com os velhos e esclerosados

governantes de países dominados por regimes autoritários, a juventude só encontra a felicidade se tem oportunidade para aprimorar os seus conhecimentos, debater, divergir, contestar, e também deliberar as suas energias através da prática do esporte e da educação física, atividades que têm sido exaltadas com justas razões, aqui mesmo nesta Assembléia, pelo nobre deputado Mário Pereira, um dos integrantes da nossa bancada.

Lamentavelmente, sr. presidente, enquanto em outros países os governantes esgotam a sua imaginação criativa para dialogar com a juventude e para atender as suas aspirações intelectuais e materiais, o que vemos em nosso País?

Lá fora os jovens e principalmente os estudantes têm tratamento preferencial, preços especiais que facilitam o seu acesso aos teatros, aos concertos musicais, aos estádios esportivos e aos cinemas, porque tudo isso é indispensável para completar a educação de homens e mulheres que num futuro próximo assumirão as grandes responsabilidades do País.

E aqui, o que vemos nós?

Infelizmente, neste período negro de autoritarismo que ainda persiste em vários dos seus aspectos mais nocivos, não se pensa na juventude. Não se atende as suas reivindicações. Não se convoca a juventude para um esforço nacional de desenvolvimento, para superar as barreiras culturais e econômicas que condenam o Brasil ao subdesenvolvimento. Não se permite que os jovens deste país-continentes possam participar de forma ativa e consciente das grandes decisões nacionais, com direito a voz e voto nos partidos políticos, com a única e honrosa exceção do PMDB que dentro das suas possibilidades tem estimulado a presença da juventude em todos os seus diretórios.

Fazemos estas considerações, sr. presidente, para externar o nosso mais veemente protesto contra o cancelamento da meia entrada estudantil nos cinemas, talvez a única conquista que os grêmios e entidades estudantis conseguiram manter nos últimos 20 anos.

Não se trata, srs. deputados, de reivindicar um privilégio para uma parcela da sociedade, em detrimento da maioria, pois todos sabem que são os jovens e os estudantes em particular, os maiores frequentadores dos cinemas e teatros existentes em nosso país. Principalmente porque os jovens têm pouquíssimas opções de cultura e lazer e porque o cinema é o divertimento mais próximo, o mais econômico e o mais democrático que está à disposição dos jovens.

Não se trata nesta oportunidade, sr. presidente, de questionar as procedências, a qualidade e os objetivos dos filmes exibidos nos nossos cinemas. Mesmo porque os jovens têm suficiente maturidade para absorver os bons princípios e rejeitar o lixo cultural que diariamente é apresentado nas telas

O que se trata é de afirmar que ao cancelar a meia entrada se está cometendo um atentado a um direito da juventude, num país que como já vimos, os seus direitos têm sido tratados com menosprezo pelos poderosos.

E é contra isso que formulamos o nosso protesto

Alguém dirá que estamos pregando no deserto e que o protesto que ora formulados é inútil. Ao que responderíamos que o protesto — que é uma arma dos jovens de todo mundo —

é também um dever de todos os representantes do povo, eleitos pelo povo para representá-lo e defender os seus interesses. Deixar de protestar seria assumir uma posição de conivência e de cumplicidade que sempre repelimos ao longo de nossa vida pública.

Era o que eu tinha a dizer, sr. presidente”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o sr. deputado Sérgio Spada, por 15 minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. presidente, srs. deputados.

Há cerca de duas semanas assomávamos a esta tribuna com a tarefa delegada por nossa bancada e por nosso partido de denunciar a tendência manifesta de o Governo Federal voltar à carga com confisco da soja.

Apresentamos então o quadro da cultura da soja, justamente para demonstrar aos colegas deputados, e principalmente às autoridades federais da área, que os altíssimos lucros alardeados pelos Ministério da Agricultura, não ocorreriam em favor dos sojicultores. Já dizíamos do sensível aumento da área plantada e do novo recorde previsto para a produção; da retirada virtual de qualquer sorte de subsídio, de conformidade com o receituário imposto pelo FMI; dos elevadíssimos custos de produção, com os equipamentos rurais, insumos agrícolas subindo em até 300 por cento, segundo a equipe de agro-análises da Fundação Getúlio Vargas; do fato de os agricultores estarem operando ou com recursos próprios ou com juros agrícolas de 85 por cento da ORTN mais taxas adicionais; da valorização conjuntural do produto e, por conseguinte, da impraticabilidade de manter aquelas cotações na Bolsa de Chicago; da destruição de ativos rurais pelas enchentes e das secas do Nordeste que causaram a quebra de 6 milhões de tolenadas de safra agrícola global.

O porquê da importância dessa campanha, parece-nos clara, a soja é o produto de maior receita cambial em nossa balança comercial, responsável por 13 por cento das nossas exportações.

Em contrapartida, afirmava-nos que o governo haveria de querer taxar, tributar, confiscar, como faziam os antigos predadores do governo colonial, se nós da Oposição não contrapússemos vigorosas mobilizações a quaisquer manobras dessa natureza.

Nesse contexto é que a liderança do PMDB, nesta Casa, propôs no dia 26 de outubro, uma proposta de trabalho do PMDB no sul e do oeste, para prevenir o confisco da soja na safra de 83/84, na safra de 82/83, a Resolução número 801 do Conselho Monetário Nacional, estabeleceu alíquotas do imposto de importação para soja, ao nível de 20 por cento para os grãos e derivados da soja.

Todos nós lembramos que os protestos atravessaram o País e o Conselho Monetário Nacional, o governo paralelo, nesta triste República, viu-se obrigado a baixar a Resolução 809, de 11 dias depois da Resolução 801, em que reduzia as alíquotas para 5 por cento, para os embarques que se processassem ao abrigo de guias de exportação ou documentos equivalentes emitidos e formalizados pela Cacex.

O sr. Orlando Pessuti — Vossa excelência permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Sérgio Spada, da mesma forma que vossa excelência, nesta tarde analisa o problema do confisco da soja, e muito mais ainda, que analisa a campanha desencadeada pela bancada do PMDB nesta Assembléia, em conjunto com as bancadas do Centro-Sul do Brasil, com as bancadas dos deputados na Câmara Federal e no Senado, também hoje, muito rapidamente, tivemos oportunidade de tecer comentários a respeito deste assunto.

Gostaria de salientar a importância desta nossa campanha da campanha do PMDB, que hoje já não é mais uma campanha do PMDB, mas sim, de todos os brasileiros preocupados com a agropecuária nacional, com a nossa agricultura, e principalmente nesse momento, com a nossa soja.

Todos nós sabemos que em função de problemas de ordem climática, a safra americana do corrente ano, 1983, foi muito prejudicada e por isso a safra brasileira de soja experimentou preços no mercado até então nunca recebidos.

A existência hoje desse resíduo de 5 por cento de confisco cambial, poderá, inclusive, desestimular as exportações da safra brasileira, e em boa hora que nós vemos e sentimos esta medida que nós, inclusive, anunciamos da tribuna na tarde de hoje, da Cacex reduzir paulatinamente esta contribuição de 5 por cento, reduzindo mensalmente 1 por cento, para chegar em abril em zero, quando anteriormente estava previsto cinco por cento até março e depois somente em abril reduzir para zero, esta redução mensal, já representa alguma coisa de positivo, esta campanha que o PMDB desenvolveu a partir da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É muito importante que nós não percamos de vista esta nossa campanha, esquecendo da nossa luta inicial, da nossa proposta inicial de que todo este confisco deveria ser levada a zero, nós temos que ter isso em mente.

Não é porque agora saiu essa nova resolução da Cacex, do Conselho Monetário Nacional que vai aprovar isso, que devemos parar em nossa luta em busca de eliminar por todo, por um todo o confisco cambial — não só de soja, veja bem, nós temos o milho, o cacau, temos os subprodutos do soja, temos o café onde mais de 60 por cento do seu valor original é confiscado.

Então, temos que continuar lutando para que isso que foi decidido continue, já é alguma coisa de positivo. não tenha dúvida, mas temos que continuar lutando para que se elimine por todo sempre esta prática de confisco cambial.

E no caso da soja temos que procurar muito mais ainda estimular a eliminação total desse confisco para que possam os nossos empresários exportadores, as nossas cooperativas, o governo fazer com que esse nosso produto que estará sendo colhido já a partir do começo do ano que vem seja colocado no mercado internacional — mais especificamente no mercado americano — antes que a safra norte-americana seja colhida; isso vai acontecer em setembro de 84, porque, veja bem: com a aproximação da safra americana em setembro de 84, o que vai ocorrer,

possivelmente, é uma baixa no preço internacional e aí, então, os nossos produtores, os nossos empresários exportadores irão perder com tudo isso. Então, temos que continuar com uma luta ainda mais ferrenha porque se os nossos gritos, as nossas reclamações chegaram aos ouvidos do Governo Federal e eles se sensibilizaram e já fizeram alguma concessão, se nós continuarmos nesta nossa luta, levando inclusive a participação efetiva do nosso agricultor, tenham certeza de que esta nossa campanha se coroará de êxito muito mais pleno do que aquele conseguido no dia de hoje.

Eu agradeço o aparte que vossa excelência me concedeu.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de vossa excelência, que fala com muita propriedade nesta área, pois que sabemos que vossa militância junto ao meio rural e de vossa preocupação com relação a esses confiscos criados pelo governo federal.

Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

“Em todos os instantes desta nossa campanha, tivemos a absoluta clareza de que o confisco não era a única preocupação dos agricultores, embora assumisse o papel de mobilização imediata. Faltava, igualmente, um plano de saúde e educação para os homens do campo, estradas vicinais, incentivos à exportação dos produtos primários, novas linhas de crédito de apoio à produção ou ainda o aperfeiçoamento da infra-estrutura de comercialização no Brasil.

Dentro desta perspectiva mais ampla, a Proposta de Trabalho apresentada pela liderança da bancada do PMDB desta Casa foi apresentada às demais lideranças dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Dois simpósios nacionais sobre o problema foram desenvolvidos pronunciamentos unificados foram levados às Assembleias Legislativas destes Estados, dezenas de Câmaras de Vereadores se pronunciaram. Somaram-se às nossas vozes a combatividade dos líderes dos agricultores, de suas cooperativas, sindicatos e federações e o peso político de Secretários de Estado e governadores da oposição. A palavra de ordem era única: **NÃO AO CONFISCO DA SOJA, NÃO AOS TECNOCRATAS DE BRASÍLIA.**

E com satisfação verificamos, sexta-feira passada, na Gazeta Mercantil, o anúncio da Cacex e a emissão pelo Banco Central de Resolução em que reduz as alíquotas de exportação incidentes sobre a soja e outros produtos agrícolas. As reduções oferecidas sobre o confisco da soja são graduais e seguem, pela resolução, o decréscimo de um ponto percentual até chegar em abril zerado. O cacau, por sua vez, baixou de 20 por cento em dezembro para zero por cento, em janeiro de 1984.

Assim, as alternativas tornam-se claras para a nossa bancada e o conjunto do movimento dos agricultores: primeiro, reconhecer a vitória parcial conquistada por nossa mobilização, segundo, persistir na luta pela eliminação imediata do confisco residual de 4 por cento vigente em dezembro corrente; por último, conceituar ainda como insegura esta medida de eliminação gradual do fisco e manter a vigilância para que não haja recuo nas posições e nos lances

forçados que o Governo Federal tem desenvolvido”.

O sr. Caíto Quintana — Vossa excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Seu pronunciamento na tarde de hoje, deputado Sérgio Spada, revela uma vitória parcial do movimento desencadeado pelo PMDB, no confisco da soja.

Acredito eu, que essa luta ainda não é finda, nós precisamos continuar contra o confisco total da soja. Só para quem não conhece a realidade do produtor brasileiro hoje, só para aquele que não vive o endividamento que o trabalhador da área agrícola brasileira está vivendo, só para quem não sabe das dificuldades do empobrecimento gradual do agricultor, é que pode pensar em confisco. Ainda agora nós falamos, nesta Casa, nas cidades, sobre a grande safra de feijão que o interior está colhendo, sem conhecer a realidade de que, muitos agricultores não têm essa grande safra, que nós estamos alardeando; sem falarmos que, a agricultura entra, para o ano de 84, endividada mais uma vez, o governo cortando o subsídio da agricultura, o agricultor de pequena propriedade, forçado a vender sua terra, pela impossibilidade de resistir economicamente, com o trabalho agrícola. Consequentemente pela pressão econômica exercida em cima do pequeno trabalhador, o aumento do latifúndio, da grande propriedade improdutiva, usada por aqueles que, detendo uma outra profissão, usam a terra quase que exclusivamente como aumento do seu patrimônio pessoal.

Falar em confisco é uma injustiça no momento atual, tanto que, quando o agricultor está em dificuldade, poucas linhas de crédito vêm em seu socorro, para que ele possa sobreviver, porque há uma expectativa de um preço relativamente bom para o produto agrícola, neste ano, nós já começamos a falar em confisco.

Foi graças à pronta iniciativa da bancada do PMDB do Paraná, foi graças à mobilização de sindicatos, de entidades de classe, de políticos, de trabalhadores, que, se resistiu contra o confisco, antes mesmo dele ser lançado, e essa bandeira e essa luta deverá continuar, para que o confisco fique a zero e o agricultor tenha o lucro o seu trabalho.

Ora, deputado Sérgio Spada, se nós vemos subir tudo, nesta Bação, até o preço da Loteria Esportiva que nada tem a ver com nada, é uma contribuição, é um jogo, tudo aumenta, é impossível que nós venhamos admitir que não se possa permitir, ao agricultor, nas raras oportunidades que tem de ter um preço melhorado, na sua produção, gananciosamente vamos lançar mão em cima de uma fatia do lucro que lhe pertence?

Meus parabéns, deputado, e haveremos, eu tenho certeza, de continuar a luta em favor do zero ao confisco da soja, e em defesa da classe do agricultor.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu agradeço o aparte do nobre deputado, que vem de uma região produtora, grande produtora de soja deste nosso Estado do Paraná e que, graças a esse movimento da bancada do PMDB, que teve o condão de sensibilizar o governo federal, para essa

injustiça que estava sendo cometida contra esse pequeno agricultor.

Eu agradeço o aparte de vossa excelência, que vem enriquecer essa posição que não é minha, mas, de nossa bancada.

O sr. Sabino Campos — Vossa excelência permite um aparte?

(Assentimento) Nobre deputado Sérgio Spada, eu queria parabenizá-lo pelo pronunciamento que está fazendo hoje à tarde, que realmente estão de parabéns as bancadas do PMDB estaduais, quatro Estados que vossa excelência citou, assim como também estão de parabéns as bancadas federais que estiveram conjuntamente com as bancadas estaduais, nessa luta que não é só do PMDB, é uma luta do produtor brasileiro, contra esse confisco que só vem prejudicar aquele que trabalha, aquele que produz para enriquecer este País. Mas isto ainda, não foi uma vitória final.

Nós, com essa luta, foi conseguido que, gradualmente, fosse terminando esse resíduo do confisco, mas nós temos que nos preocupar, temos que continuar mobilizados, mobilizando as associações de classe, os produtores porque ainda esse fantasma que desde 1977 vem assombrando o produtor brasileiro no que se refere à soja, há muitos anos ainda, aos cafeicultores, aos produtores de cacau, produtores de milho, enfim, uma série de produtos que ainda possuem confisco. Nós temos que continuar esta luta, para que nós venhamos chegar à vitória final. E aquele que relamente produz, venha a receber totalmente por tudo aquilo que produz.

Mais uma vez, queria dar os parabéns pelo seu pronunciamento nesta tarde.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de vossa excelência, e concedo aparte ao deputado Rubens Bueno.

O sr. Rubens Bueno — Deputado Sérgio Spada, vossa excelência, como nós, que participamos da comissão contra o confisco no Sul do País, inicialmente numa idéia brilhante dos líderes do PMDB da bancada estadual do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Esta primeira reunião, da qual participamos, estava implícito que todos os membros das bancadas estaduais do PMDB do sul do País dariam tudo de si, para que o confisco fosse definitivamente eliminado da vida do agricultor. E eis que, de acordo com o pronunciamento do vossa excelência, com o aparte do deputado Orlando Pessuti, também membro desta comissão que tme na presidência o deputado Sabino Campos, secretariado por vossa excelência, nós vimos esta publicação da "Gazeta do Mercantil", que trata de uma decisão da Cacex, reduzindo as alíquotas para a exportação de produtos agrícolas. Mas vimos também que, nesta orientação dada pela Cacex, o soja tem no seu produto, que é o óleo de soja bruto, que vai baixar de cinco para quatro por cento, depois para três por cento, depois para dois por cento, depois para um por cento, isto em abril de 84, da noite para o dia, ou de dezembro para janeiro, 20 por cento do confisco do cacau, simplesmente vai ser eliminado de dezembro para janeiro.

Isto é sinal de que o PDS no Paraná não tem representatividade a nível federal; isto é prova maior de que falta no Paraná, a nível federal, representação política para fazer valer a sua força, e para isso, lutar por um Estado eminentemente agrícola, como é o Paraná.

Desta parte, fazendo esta colocação, queremos deixar aí a vossa excelência, que secretariou esta comissão no decorrer destes meses, o nosso abraço, o nosso apreço da bancada do PMDB do Paraná, que mostra, mais uma vez, que um povo organizado, realmente, vai diminuir definitivamente o autoritarismo e o obscurantismo que fez desta Nação nos últimos vinte anos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte do nobre deputado Rubens Bueno, que falou bem. O Estado do Paraná tem perdido, principalmente nas últimas duas décadas, muito de sua riqueza, de sua potencialidade, em função da falta do poder político no Estado do Paraná, que sempre foi manipulado, que sempre foi usado subservientemente pelo "neysmo" neste Estado do Paraná, embora rico, encontra-se de "pires na mão" pedindo esmolas para o Governo Federal.

Concedo aparte ao nobre deputado Dirceu Manfrinato.

O sr. Dirceu Manfrinato — Eu quero, neste instante, parabenizar vossa excelência pela brilhante colocação que se faz na tarde de hoje, neste plenário, quando fala em confisco, nobre deputado, isto me lembra a política econômica brasileira em que vivemos hoje, e eu voltaria atrás, nos séculos passados, quando o imperialismo dominava este mundo nas épocas romanas.

Quando o produtor colhia os seus produtos e que eram confiscados através dos soldados romanos obrigados a entregar parte aos seus produtos colhidos e eu quero acreditar que hoje esse modelo econômico sobre a agricultura brasileira, é um retrato fiel das épocas passadas e jamais poderíamos deixar aqui de não registrar, nesta tarde, a nossa insatisfação desses confiscos arbitrários junto aos lavradores do nosso Estado e do País. Nós que representamos uma região essencialmente cafeeira, que vemos a dificuldade, o sacrifício do lavrador, dos produtores de café, que sempre são aqueles que através do suor, do sacrifício, enfrentando situações climáticas que colhem os seus produtos e depois a maior parte da fatia do bolo vai ao governo, esquecendo e marginalizando cada vez mais o lavrador brasileiro e que na verdade, a minha tese sempre foi e será defender a agricultura brasileira, porque será a única forma de nós acertarmos as estruturas deste País no futuro.

Muito obrigado pelo aparte concedido por vossa excelência.

O SR. SÉRGIO SPADA — Obrigado ao aparte de vossa excelência e concedo aparte ao deputado Nilso Sguarezi, e em seguida ao deputado Gilberto Carvalho.

Tendo em vista que o nosso líder declina, concedo o aparte ao deputado Gilberto Carvalho.

O sr. Gilberto Carvalho — Eu agradeço, deputado, acompanhando o seu pronunciamento e de pleno acordo quando vem a esta tribuna para combater o confisco cambial.

Eu acho um absurdo a maneira de fortalecermos a nossa agricultura sem a eliminação do confisco cambial.

Mas não posso concordar, deputado, quando se fala que o PDS não tem representação. O PDS na realidade, tem levado o ônus do governo, mas não vai aqui no caso, o PDS. Nós temos que falar no governo do Paraná. O Paraná é que não tem representação no governo federal e por isso é preciso que lutemos para conseguir o que o Paraná já teve no passado. Não vamos dizer que nunca teve. O Paraná já teve muitas oportunidades no governo passado, no governo de Jayme Carnet Júnior; quando recursos vieram, quando Ney Braga estava lá no Ministério da Educação, embora o Ministério da Educação, ele tinha influência em todos os demais ministérios, carreando recursos para o Paraná, mas o Paraná agora está praticamente sem nada na área federal, e é preciso que haja um entendimento da classe política do Estado do Paraná, para defender os interesses do Paraná.

Não vai aqui a defesa do PDS e do PMDB, mas sim, do nosso Estado, que é um Estado que produz e que contribui e precisa ter a sua participação na área federal.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de vossa excelência.

Conversamos com o governador José Richa ainda nesta semana e ele nos comunicava que os governadores de oposição deste Brasil, marcharão a Brasília e vão cobrar do governo federal, o ICM relativo ao confisco do café, que representa 60 por cento da saca de café, o que, obviamente, avulta com a grande quantia que está sendo desviada, porque o ICM relativo a esses 60 por cento não é pago para o Estado produtor do café.

Portanto, essa injustiça que está sendo cometida contra esses Estados do Brasil, produtores de café, deverá ser corrigida. Se as oposições, se os partidos políticos de todos os Estados se unirem e pressionarem Brasília, para que devolva o que é desses Estados produtores, que é o 16 por cento do ICM sobre o confisco de 60 por cento sobre o valor do do café.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Eduardo Baggio) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria dos srs. deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria dos srs. deputados Anibal Khury e Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (Eduardo Baggio) sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. professor Alcides Munhoz Netto, ocorrido no dia 02 de dezembro do corrente ano, nesta capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Nabor, ocorrido no dia 05 de dezembro do corrente ano, no município de Rio Negro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 222/83, oriundo da mensagem governamental n.º 140/83. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Vereador de Curitiba, dr. Mauro Moraes, encarecendo apoio ao projeto de lei municipal que extingue a taxa ESTAR de estacionamento na malha central de Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, visando a encampação pela Sanepar, do Microsistema de Abastecimento de Água das localidades de Mal. Lott, Pinheirinho, Castelo Branco, e Duas Barras, todos no município de Capanema. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos srs. deputado Sabino Campos e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário de emancipação política do município de Palotina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho Ivaté — Icaraíma. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho Icaraíma — Porto Camargo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, visando a construção de um muro ao redor da Escola Estadual Dr. Rebouças, no município de Rio Bom. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Agricultura, visando a promoção de construção de microbacias em todos os municípios da Microrregião Doze (CONCAM). — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, objetivando o retorno de um local para o encaminhamento de solicitação para obtenção de Cédulas de Identidade no município de Roncador. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de um Ginásio de Esportes para o município de Araruna. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor presidente da Copel, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo uma avaliação no sistema de distribuição de energia, localizado no Distrito de Borbônia, município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário de emancipação político-administrativa do município de Mariluz. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando a construção de piso de concreto da ponte sobre o Rio Marumbi, na localidade de Pedra Preta, no Município de Morretes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da estrada no trecho compreendido entre a Sede - Pau Oco, no município de Morretes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, com apoio dos srs. deputados Gabriel Manoel e Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao dr. Lauro Grein

Filho, pelo trabalho que vem desenvolvendo na presidência da Crua Vermelha do Paraná, no atendimento aos flagelados pelas inundações que assolaram nosso Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, visando a designação de uma professora para a Escola Rural Estadual de Roxo Dois, no município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo que passe a ser feita, pelo DER, a conservação da estrada Ortigueira a Rosário, no município de Grandes Rios. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando que a rodovia PR-90, que passará dentro do distrito de Ventania, seja desmembrada em duas vias com ajardinamento central no município de Tibagi. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, e secretário da Administração, visando a construção de uma escola contendo quatro salas de aula no bairro do BNH, no município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. secretária da Educação, encarecendo o envio de um microônibus para transporte de escolares do município de Tibagi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e Ministro dos Transportes, visando a execução de pavimentação asfáltica a partir de Ibaiti, passando por Ventania, Tibagi, Alto do Amparo, Ipiranga, até Imbituva, bem como a recuperação do asfalto existente entre Ibaiti a Moquéim — trecho compreendido 20 quilômetros, que com as chuvas dos últimos meses, ficou intransitável. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, visando reparos e adequação dos prédios das Delegacias e Cadeias Públicas nos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, visando reparos e adequação do prédio da Delegacia e Cadeia Pública do Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário das Finanças, visando a construção de prédio para abrigar a Agência de Rendas do município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando o envio de expediente à Sanepar, por intermédio da secretaria do Interior, encaminhando abaixo-assinado dos moradores do Jardim Arco Íris, reivindicando serviços de água para aquela localidade, no município de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao dr. Gerson Nemes, funcionário desta Assembléia Legislativa, pela sua eleição como presidente do Rotary Clube de Curitiba, região do Batel. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao sr. José Valin, por tornar-se integrante da Câmara Municipal de Vereadores de Ubatã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, encarecendo liberação de recursos financeiros a serem aplicados na aquisição de combustível e no auxílio do pagamento do funcionalismo público no Município de Araruna. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, visando a liberação de recursos para auxiliar no pagamento dos funcionários públicos do município de Boa Esperança. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor presidente da Telepar, por intermédio da Secretaria do Interior, no sentido de que, através de estudos, sejam instalados 30 canais telefônicos para o distrito de Bandeirantes do Oeste, no município de Goioerê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor presidente da Copel, por intermédio da secretaria do Interior, encarecendo a ampliação, bem como a melhoria de rede de energia elétrica no perímetro urbano no município de Peabiru. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário das Finanças, encarecendo liberação de verbas para pagamento de dívidas contraídas em gestões administrativas anteriores, bem como para viabilizar a execução de futuras obras previamente planejadas no município de Ubatã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à sra. Superintendente da Fundepar, por intermédio da secretaria da Educação, encarecendo liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de um refeitório na Escola Monteiro Lobato - Ensino de 1º Grau, no município de Sertãozinho. — **Aprovado.**

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário das Finanças, encarecendo a possibilidade do pagamento de dívidas contraídas pelas administrações anteriores, bem como auxiliar na realização de futuras obras no município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, objetivando apoio financeiro e tecnológico para a recuperação de uma área destinada a construção de casas populares, tais como a implantação de rede de distribuição de energia elétrica e água, bem como demais obras de infra-estrutura necessárias, no município de Peabiru. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 32.º aniversário de emancipação política do município de Toledo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. superintendente do IPE, por intermédio da secretaria da Administração, no sentido de que o mesmo reconheça, a exemplo do que já vem ocorrendo pelo INPS para os efeitos do benefício assistencial e previdenciário, o tempo de atividade prestado pelo assegurado às entidades religiosas devidamente reconhecidas. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Picaretas da República", publicado na edição de "O Estado do Paraná". — **Aprovado.** (A matéria não foi publicada por estar ilegal).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. presidente, nós estamos apenas pedindo uma questão de ordem para nos parabenizar com vossa excelência, pela maneira com que vossa excelência está conduzindo os trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Eduardo Baggio) Muito obrigado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, encarecendo o aproveitamento dos professores concursados junto à Secretaria da Educação, para ministrarem aulas entre 5.ª e 8.ª séries. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, do editorial "A perda de um líder", publicado na edição de "O Estado do Paraná". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Telepar, encarecendo a instalação de cinco aparelhos telefônicos através de uma Central do Posto de Serviço do Portão Ocoy - Distrito de Missal. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadry, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. presidente da Copel, por intermédio da secretaria do Interior, encarecendo seja estendido o programa de eletrificação rural ao município de Cerro Azul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo intercedência junto ao DNER, com vistas ao asfaltamento da estrada da Ribeira - BR-476 (antiga estrada Curitiba a São Paulo) — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, em encarecendo o asfaltamento do trecho da estrada que liga o município de Rio Branco do Sul a Cerro Azul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário das Finanças, encarecendo liberação de recursos a serem aplicados na realização de obras previamente planejadas pela administração municipal de Sertãozinho. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projeto de Lei n.º 178/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 46 e 47/83.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO TUGUIO SETOGUTTE, EM SESSÃO DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 1983.

"A PERDA DE UM LÍDER

"O Estado do Paraná"
(06/12/83).

Faleceu Gabriel Sampaio. O Paraná perdeu, tragicamente, um dos seus mais promissores líderes. O deputado Gabriel Sampaio, com base eleitoral na região de Maringá, há havia despontado como uma das melhores revelações de jovens políticos paranaenses.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal, professor universitário, foi, porém, na vida pública, na militância partidária que Gabriel Sampaio mostrou a exuberância plena de sua capacidade.

Morreu aos 40 anos de idade. Cedo demais porque ainda iria dar muito, e tudo aquilo que um Estado jovem como o Paraná exige dos seus homens públicos. Capacidade não lhe faltava. Sobrava garra abundante como marca registrada da sua atuação e militância políticas. Carisma fácil de impor pela juventude e pela sinceridade de suas palavras.

Chamado ao cargo de secretário municipal de Educação e Cultura de Maringá, na gestão de Adriano Valente revelou-se o administrador consciente e renovador, modificando a vida da comunidade maringaense.

Foi convidado pelo eminente professor Parigot de Souza, para ocupar a pasta da Educação, a nível

estadual, quando o então governador precisou reformular sua equipe de auxiliares.

Eleito deputado estadual marcou, sempre, a sua atuação pela independência e pela fidelidade às suas origens populares. Não compactuou com o autoritarismo nem com o regime de discriminação que imperavam em determinada fase da história política do Paraná.

A demonstração maior, porém, de todo o seu potencial, se verificou após a derrota do PDS no plano estadual. Recompuesto o partido, formou ao lado de Paulo Pimentel, para a difícil tarefa de levantá-lo. Estavam, a rigor, fazendo um novo partido.

Nessa tarefa, Gabriel revelou-se em toda a sua plenitude, como homem público. Como líder, como organizador, como companheiro lúcido e responsável. A movimentação que, como secretário geral imprimiu à agremiação pedessista, bem reflete a sua inquietação, a sua repulsa ao comodismo e a sua inconformidade com a derrota. Preparar o partido para a vitória no próximo pleito era a meta que perseguia com obstinação e trabalho.

O Paraná perdeu um grande filho. Maringá e a sua região perderam o legítimo representante. Os seus amigos ficaram sem a sua alegria e entusiasmo que a todos contagiaram. Mas, a todos, resta o consolo de que tudo foi muito bom enquanto Deus permitiu que durasse”.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA da 10ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Estado, ordinariamente para discutir assuntos ligados à Saúde Pública do Estado. Sob a presidência do senhor deputado Nelson Guimarães Vasconcellos e com a presença dos seguintes senhores deputados: Márcio José de Almeida, Orlando Pessutti, Basílio Zanusso e Sérgio Spada. Com a presença de número legal o senhor presidente deu por aberto os trabalhos da Comissão, passando em seguida a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações. Em seguida foi apresentado a consideração da Comissão o temário do “I SIMPÓSIO PARANAENSE SOBRE POLÍTICAS DE SAÚDE”, a ser realizado em Curitiba, nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado, nos dias 26 a 29, do mês de outubro do corrente ano. Após estabelecidas as considerações sobre o temário ficou assim acertadas: presidente do Simpósio deputado Nelson Vasconcellos e Coordenador Geral o senhor deputado Márcio José de Almeida e Coordenadores. da: 1ª Mesa Redonda, sobre o tema “Políticas Estaduais de Saúde”, o senhor presidente Nelson Guimarães Vasconcellos; 2ª Mesa Redonda, tendo como tema “O Papel do Município na Prestação de Serviços de Saúde”, o senhor deputado Basílio Zanusso; 3ª Mesa Redonda, sobre “O Trabalho dos Profissionais de Saúde Diante das Novas Propostas”, coordenada pelo senhor deputado Orlando Pessutti; 4ª Mesa Redonda, que abordará o tema “Tecnologia e Assistência à Saúde”, sob a coordenação do senhor deputado Tuguio Setogutte; 5ª Mesa Redonda, que terá como tema “Financiamento e Administração dos Serviços de Saúde”, coordenador o senhor deputado Sérgio Spada e, finalmente, as sessões de temas livres terão, como coordenadores os senhores deputados: Amélia Almeida Hruschka e Quielse

Crisóstomo da Silva. Foi apresentado, também, a consideração da Comissão de Saúde o Regulamento sobre os objetivos do referido Simpósio, o qual recebeu a aprovação por unanimidade da Comissão. Os documentos aludidos estarão arquivados junto com a ata da presente Reunião. Ao encerrar a sessão, o senhor presidente agradece a presença dos senhores deputados, membros da Comissão e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos da reunião, da qual eu, Iolanda Guimarães Melo de Castro, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, é por mim, pelo senhor presidente e demais membros, assinada para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1983.

(aa) NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS

Presidente

Iolanda Guimarães Melo de Castro - Secretária

Relatório:

RELATÓRIO PARCIAL ESPECÍFICO IRREGULARIDADES NA SAÚDE PÚBLICA DO PARANÁ

I – INTRODUÇÃO

Quando em seis de abril de 1983 foi requerida à presidência da Assembléia Legislativa do Paraná a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as atividades da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no período pré-eleitoral de 1982, apresentou-se como justificativa o depoimento do próprio governador do Estado, José Richa, manifestando-se favorável à apuração, sem revanchismos pessoais, de incontáveis notícias de irregularidades imperantes no governo recém encerrado. No caso específico da Secretaria de Saúde serviram de embasamento ao requerimento as informações de que houve utilização da estrutura da SESB, bem como de seus funcionários na campanha eleitoral; a distorção das funções de chefes de Distritos Sanitários; e a destinação de verbas para determinados municípios e organismos sob critérios político-eleitorais.

Em 27 de junho de 1983, o deputado Nilso Sguarezi, líder do PMDB nesta Casa, propôs a criação de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito, que tinha por objetivo apurar as irregularidades ocorridas em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, fosse nas gestões anteriores, fosse na atual. Naquele período, em que as CPIs ainda se instalavam, fora selado um acordo de cavalheiros entre a liderança do PMDB, maioria na Assembléia, e do PDS, partido minoritário. Por este acordo, das cinco comissões permanentes a serem instaladas, três deveriam ser propostas pelos peemedebistas. No entanto, ao verem a possibilidade de efetivação da proposta do deputado Sguarezi, notadamente quanto ao mau uso da coisa pública, os pedessistas romperam o acordo e propuseram novas comissões, buscando adiar ou mesmo dificultar qualquer investigação que pusesse a nu o abuso de poder cometido em períodos passados.

Avaliando que a apuração das irregularidades ocorridas na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, no período pré-eleitoral, poderia ser feita dentro da proposta apresentada pela bancada, o deputado Márcio Almeida, requerente da CPI da Saúde, pediu o arquivamento da mesma em três de agosto de 1983. Todo o material recolhido naquela Comissão, que já realizara três reuniões e tinha como membros os deputados Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Amélia Hruschka e Sérgio Spada, pelo PMDB; e Tuguio Setogutte, Ivan de Azevedo Gubert e Tércio Alves Albuquerque, pelo PDS — foi anexado à nova

CPI, instalada em 27 de junho de 83. O pedido de arquivamento, onde se inclui a justificativa de racionalizar "o dispêndio de recursos e, sobretudo, evitar duplicidade de atuação", compõe a documentação desta comissão, às fls. 118.

Nunca é demais repetir os objetivos desta Comissão, uma vez que sempre sobram acusações de que há revanchismos e perseguições. Aos parlamentares cabe a fiscalização do poder, uma vez que o Legislativo não pode votar leis de consecução de obras e serviços, ou aumento de quadros de servidores do Estado — e é com este intuito que se realiza, no momento, esta CPI. É preciso fazer uma avaliação séria de todas as irregularidades, apurar as responsabilidades para que, democraticamente, possa haver maior respeito pela administração pública. Assim, a população poderá sentir maior confiança em seus governantes, há muito desacreditados pelos desmandos ocorridos.

II — HISTÓRICO

Após aprovação, em 27 de junho de 83, do requerimento da bancada do PMDB para a criação e instalação desta CPI, foi aprovado em 15 de agosto de 83 o roteiro básico do encaminhamento geral dos trabalhos. Como o material com as denúncias de irregularidades ocorridos na Secretaria da Saúde já estivesse pronto — motivado pela incorporação da Comissão anterior a esta — e arrolado entre os primeiros casos a serem apurados, em 1º de setembro de 83, aprovou-se o roteiro específico para a sessão de 15 de setembro.

Na reunião do dia primeiro, os deputados componentes da CPI acordaram que seriam chamados a depor o sr. Miguel Arnold Villie, presidente da Associação dos Servidores da Fundação de Saúde - ASSEF; o sr. João Galdino de Oliveira, motorista da Fundação de Saúde; o dr. Lógio Cuellar Cuellar, médico chefe do 2º Distrito Sanitário; o dr. Ary de Cristan, ex-diretor da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha; e o dr. Oscar Alves, na qualidade de ex-secretário de Saúde do Estado. A pedido do deputado Márcio Almeida, a reunião decidiu, ainda, solicitar algumas diligências:

1. À Telepar — "a comprovação de que o aparelho telefônico de número 223-4407 esteve de fato instalado, durante o período de julho a novembro de 1982, na sede do Comitê Eleitoral do ex-candidato e atual deputado federal Oscar Alves (av. Presidente Getúlio Vargas, 684) — fls. 120 desta CPI;
2. "Realização de auditoria na contabilidade da gestão anterior da Associação dos Servidores da Fundação de Saúde - ASSEF" — fls. 120 desta CPI.

Na reunião do dia 15 de setembro, iniciada às 9:15 hs, interrompida às 14:20 hs para que os parlamentares participassem da sessão plenária, e reiniciada às 16:45 hs, novamente interrompida por cinco minutos às 19:35 hs e encerrada às 21:35 hs, foram ouvidos todos os depoentes convidados pela CPI. Os depoimentos foram gravados, decifrados e depois vertidos para a linguagem escrita, integrando os autos.

Durante a sessão foram juntados aos autos os seguintes documentos:

- declaração com firma reconhecida do senhor Carlito Teodoroves, motorista da Secretaria de Saúde, datado de 12 de setembro de 83, onde afirma ter atendido à família do ex-secretário Osvar Alves, percebendo pela Secretaria, fls. 451 desta CPI.
- duas capas referentes a um único número do jornal da ASSEF, onde se verifica adulteração com fins eleitorais, fls. 440 e 443 desta CPI.
- uma carta do presidente em exercício da ASSEF,

à época que foi editado o referido jornal, afirmando que as modificações ocorreram por "ordens superiores", fls. 428 desta CPI.

Além dessa juntada de material aos autos, o ex-secretário Oscar Alves e o deputado Luiz Alberto de Oliveira, líder do PDS na Casa, apresentaram notícias que solicitaram fossem verificadas pela CPI. A primeira fazia referência a inexistência de licitação pública na Fundação Caetano Munhoz da Rocha na atual gestão, enquanto era prática corrente na administração. A segunda, que teve juntada de documento aos autos, afirmava que o atual diretor administrativo da Fundação de Saúde era ladrão. Estas denúncias estão nas fls. 426 e 427 desta CPI.

Embora o requerimento da CPI da Saúde, incorporada a esta Comissão, apontasse quatro casos de irregularidades, a longa sessão do dia 15 de setembro de 83, mostrou que de uma outra ainda mais grave, além das citadas na introdução do relatório, ocorreu no setor. Afora o uso indevido da máquina da Secretaria, de funcionários e de diretores de distritos sanitários nas suas áreas, e além da destinação sem critérios de verbas para municípios, ficou claro que o sr. Oscar Alves, segundo seu próprio depoimento às fls. 349 a 351 desta CPI, não se desincopatibilizou de sua função pública — Secretário de Saúde — como exige a legislação eleitoral — Lei Complementar nº 5 e Art. 151 da Constituição Federal.

Em seu depoimento, o ex-secretário afirmou, textualmente: "Então o fato do Chefe do Distrito ligar aonde eu estava para tratar de assuntos administrativos, eu não vejo qual é o mal nisso".

O período a que se refere o sr. Oscar Alves é o previsto em lei para sua desincompatibilização, isto é, período em que deveria estar afastado dos assuntos administrativos da Secretaria de Saúde.

Como o próprio relatório deixa claro, não foi possível colher todos os dados referentes a irregularidades ocorridas na área da saúde, mas os casos detectados demonstram a necessidade de uma investigação mais detalhada naquele setor. Ao final deste documento, como colaboração desta CPI, ficará definida uma proposta à atual direção da Secretaria de Saúde para que esta instale sindicâncias para apurar todos os casos surgidos do uso indevido da coisa pública, e punir os responsáveis, pois esta será a única maneira de se restaurar a moralidade administrativa.

III — DAS DENÚNCIAS APRESENTADAS DURANTE A SESSÃO

Durante a sessão realizada no dia 15 de setembro de 1983, por duas vezes, em momentos diferentes, o deputado Luiz Alberto de Oliveira, líder do PDS na Casa, afirmou que a atual direção da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha não vem realizando licitação pública para compra de material para o órgão. A primeira afirmação, às fls. 234 a 279 desta CPI, foi feita durante a entrevista com o ex-diretor da Fundação, dr. Ary de Cristan.

A denúncia foi a seguinte: "lamento informar ao senhor tão austero no trato das coisas públicas, que este procedimento não vem sendo adotado pela atual administração. Eles têm usado, permanentemente, e até o final da sessão eu trarei os documentos necessários para

demonstrar que a atual administração pública, a administração da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, não tem adotado como norma o critério da licitação pública."

A repetição desta denúncia, ainda pelo deputado, foi feita durante a entrevista como o ex-secretário Oscar Alves, e consta das fls. 391 desta CPI: "a atual administração está comprando bens e serviços sem licitação pública, tendo como diretor administrativo um homem que foi condenado pela prática de roubo".

O próprio ex-secretário Oscar Alves, depoente da CPI, repetiu a denúncia, informando número de notas comprobatórias da sua afirmação. O deputado Márcio Almeida solicitou que fosse investigada a denúncia do ex-secretário. Sua declaração, às fls. 359 e 360, e que gerou o pedido do deputado Márcio Almeida foi a seguinte: "Ele (o sr. Arnaldo Agenor Bertone) na Fundação de Saúde tem despesas de consertos de veículos da firma "Volks Guairão", reformadora de veículos, no total de Cr\$ 378.610,00, conforme as notas fiscais 1.029, 1.457, 1.454, 1.458, 1.455, 1.459, 1.460, 1.453, 1.025 e 1.033. Deveria ser realizada licitação com conserto global, pois todas as despesas foram feitas na mesma época, e não foi feito". "Também com relação às cartas-convites, na Secretaria de Saúde 03/83 e 04/83, desrespeitando o decreto-lei 200, que dispõe no artigo 127, parágrafo 4º, que deveria reunir três convidados na modalidade de licitação e o órgão enviou apenas dois convites para prestação de serviços, conserto de máquina copiadora Nashua. Telefonamos a outras firmas e nos certificamos que elas também realizam este serviço, de maneira que não foi feita a concorrência, a licitação".

Em função das denúncias apresentadas, o deputado Márcio Almeida requereu à presidência da Comissão que esta solicitasse à Secretaria de Saúde respostas à denúncia apresentada pelo deputado Luiz Alberto de Oliveira, e pelo ex-secretário Oscar Alves. Conforme documentação enviada posteriormente pelo dr. Armando M. B. Baggio, diretor superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, fls. 820 e 821, desta CPI, foi desmentida a denúncia.

No documento enviado ao deputado Rubens Bueno, na qualidade de presidente da CPI, o dr. Baggio informou: "Quanto à alegação da falta de licitação para conserto da máquina copiadora Nashua, revela a total desinformação do deputado Oscar Alves, eis que a reforma foi realizada de conformidade com o decreto-lei 200, em seu artigo 126, parágrafo 2º, letra "d", devidamente aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado, a menos que aquele deputado também coloque em dúvida a integridade deste referido órgão". (O artigo citado pelo dr. Baggio diz o seguinte: "na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização". Neste caso dispensa-se a licitação).

"No tocante às notas de consertos de veículos da firma "Volks Guairão", o deputado Oscar Alves usou de exagerada má fé, pretendendo dar a entender que fomos nós que iniciamos tal prática, quando, na verdade fomos justamente nós que alteramos para o método hoje empregado de exigir três ou mais orçamentos de firmas diversas". "Quando assumimos a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha efetuamos os pagamentos relativos às notas fiscais mencionadas pelo deputado para, em seguida, modificarmos a sistemática de efetivação de consertos de veículos, justamente para colocar um paradeiro na situação então reinante, herdada dos seguidores da filosofia do deputado depoente".

A segunda denúncia foi apresentada pelo ex-secretário

Oscar Alves. Ele afirmou que o diretor administrativo da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha era ladrão. Esta afirmação do ex-secretário Oscar Alves foi feita repetidas vezes, como se pode comprovar nos autos, às fls. 359, 362 e 369 desta CPI. Uma certidão, fls. 426, da auditoria da 5ª Circunscrição da Justiça Militar, foi entregue ao presidente desta Comissão para ser juntada aos autos.

A acusação do ex-secretário Oscar Alves, que teve como intuito desviar os reais interesses da investigação foi refutada pelo próprio acusado, Arnaldo Agenor Bertone, em carta enviada a imprensa e a esta CPI, fls. 812 e 815.

Tendo se mostrado infundadas as denúncias apresentadas durante a sessão do dia 15 de setembro de 1983 pelos membros do PDS, conforme ficou demonstrado através de documentos apresentados, passa-se agora a enumerar as irregularidades verificadas na Secretaria da Saúde, no período pré-eleitoral.

IV – DAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS

a) No período de janeiro de 81 a agosto de 82 foram contratados 3.427 servidores na área da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. Em termos comprativos com os anos 77/78, na mesma área, quando a média de acréscimo real de funcionários no biênio foi de 63 servidores, verifica-se que este número representou a média mensal do ano 82, e em 81 chegou à absurda quantia de 245 funcionários por mês! A indagação foi no sentido de avaliar se houve empreguismo ou se este acréscimo representava uma necessidade real da Secretaria com relação à expansão ocorrida no período citado. Pedimos explicação à não realização de concurso para as referidas contratações. As respostas obtidas através dos depoimentos do ex-diretor da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, Ary de Cristan, e do ex-secretário Oscar Alves podem ser encontradas nas notas taquigráficas nos seguintes pontos: sr. Ary de Cristan – 12:50 hs até 12:55 hs (2); sr. Oscar Alves – 17:35 hs até 17:45 hs (1) e 19:25 hs até 19:30 hs (2). Em suas declarações, as testemunhas não respondem à questão da inexistência de concurso para a maioria das admissões e o dr. Ary de Cristan assume que talvez não tenha havido uma boa distribuição das contratações.

b) Às fls. 51 a 58 dos autos, há conformação de que pessoas nas sedes dos Distritos Sanitários realizaram ligações telefônicas, por conta da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, para o comitê eleitoral do sr. Oscar Alves, cujo número foi confirmado pela Telepar. Às fls. 51 a 59 tem-se a confirmação dos nomes que realizaram estas ligações ao comitê eleitoral, que eram chefes de Distritos Sanitários. Às fls. 51, o dr. Fidélis V. M. Berneck, chefe do 6º Distrito Sanitário confirmou ter realizado ligações ao número 223-4407 pertencente ao comitê eleitoral do candidato Oscar Alves, para prestar informações locais, atendendo a uma solicitação do ex-secretário Oscar Alves. Durante a sessão do dia 15 de setembro, as testemunhas Lorgio Cuellar Cuellar, Ary de Cristan e Oscar Alves foram indagadas sobre o assunto. Suas respostas, que constam dos autos, podem ser encontradas nas notas taquigráficas nos seguintes pontos: sr. Cuellar – 12:05 hs (6) até 12:15 (2); sr. Cristan – 13:00 hs (1) até 13:00 hs (3); e sr. Oscar Alves – 20:45 hs (1) até 20:50 hs (2).

c) As ligações feitas ao comitê do candidato Oscar Alves foram efetivamente realizadas e totalmente pagas pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Se, no limite de um raciocínio lógico, considerar-se que estes contatos telefônicos implicaram em ingerência indevida do ex-secretário de Saúde quanto aos destinos

das obras da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, com evidentes vantagens eleitorais (considerando-se que estas também decorrem de mera promoção pessoal, pela manutenção aparente das prerrogativas de autoridade), este fato caracterizaria infração ao dispositivo eleitoral — artigo 299 do Código específico — no qual se contrapõem os polos que sempre acabam se atraindo para a composição da unidade-tipo, ou seja, a figura delituosa da corrupção. Além do indivíduo que recebeu a vantagem — para si e sua campanha — considerando polo passivo nesta conduta censurável, há aqueles que auxiliaram, através de contatos, informações e execução de ordens ilegítimas, na obtenção de tais proveitos e podem ser considerados polo ativo do comportamento infrator, havendo também a irregularidade na sua co-participação. Contudo — deixando de lado a realidade e o raciocínio lógico, dela decorrente — ainda que se creia ser ineficaz, no campo eleitoral, o exercício de fato indevido e confessado, fls. 349 a 351 desta CPI, das funções de Secretário de Estado quando já deveria estar desincompatibilizado, restaria o fato de contribuição inequívoca, pelos atos auxiliares inafastáveis, dos Chefes dos Distritos Sanitários, no sentido de sua contribuição para a violação da regra prevista pelo artigo 328 do Código Penal — “usurpação de função pública” — diante do que estabelece o artigo 25 do estatuto penal repressivo.

De qualquer forma, foram caracterizadas irregularidades que atingiram bens amplamente protegidos por normas de caráter penal. É preciso considerar ainda que as vantagens provenientes destas condutas irregulares, mesmo que não procuradas ou queridas por seus beneficiários, não se caracterizam por isso, uma vez que a aceitação tácita das mesmas configuram desvio de comportamento no âmbito da probidade administrativa. Mediata, ou imediatas, serão sempre anti-éticas.

d) Dados fornecidos pelo DETO demonstram que nos anos de 81/82 houve um acréscimo no consumo de combustível da ordem de 42 mil litros de gasolina (17%), 127 mil litros de álcool hidratado (60%) e 28 mil litros de diesel (70%). A frota foi ampliada em 19 veículos, sendo que a diesel houve um acréscimo de apenas um veículo, conforme pode ser verificado na documentação que faz parte desta CPI, às fls. 59. Sobre estes dados, as testemunhas Ary de Cristan e Oscar Alves responderam e suas afirmações podem ser encontradas nas notas taquigráficas nos seguintes pontos: 13:05 hs (1), sr. Cristan; e 20:50 hs (2) até 20:55 hs (2), o sr. Oscar Alves. A proporção do aumento, mais acentuada no período pré-eleitoral, não se justifica de forma alguma, pois chega-se ao exagero do gasto de combustível de 4.600 litros por veículo, no período compreendido entre os meses de setembro e outubro de 1982, justamente a fase mais intensa da campanha. Isto equivaleria a 30 viagens de ida e volta Londrina/Curitiba.

e) Há vários casos de irregularidades envolvendo uso de veículos da Secretaria e da Fundação. O Opala 1980 esteve empalcado com placa amarela quando era um veículo oficial do Estado. Em seu depoimento, Ary de Cristan, afirmou que sabia deste tipo de irregularidade (emplacamento “frio”), mas que nunca se preocupou em modificar tal “hábito” em sua administração. A declaração do sr. Cristan pode ser encontrada nas notas taquigráficas — 13:05 hs (1) — e o documento do Opala foi anexado a esta CPI às fls. 74 (anteriormente constava da fls. 24 da CPI da Saúde, arquivada). Outra irregularidade com veículo foi constatada com a Belina 82, placa BC-7636, da qual foi retirada a inscrição da Secretaria durante o período de 15 de outubro de 1982 a março de 1983. O motorista

João Galdino, depoente desta CPI, confirmou que o carro esteve este período sem inscrição da Secretaria por ordem do ex-diretor administrativo da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, sr. Oscar Ferreira Alves. Esta declaração pode ser encontrada nas notas taquigráficas — 11:50 hs (4). Outro depoente, o sr. Ary de Cristan também respondeu a esta questão — 13:05 hs (3) até 13:10 hs (1). Outra irregularidade constatada foi a utilização de uma caminhão de serviço odontológico por Ramiro Martins e Lucinéia Ladislau nos meses outubro/novembro de 1982, sem que haja relatório sobre programas na área e no período. Ary de Cristan, depoente da CPI, declarou desconhecer o fato — notas taquigráficas 13:15 hs (2 e 3) — mas às fls. 76 desta CPI (fls. 25 do arquivo da CPI da Saúde) pode ser encontrado o documento comprobatório.

f) O livreto “Mais Saúde e Bem-Estar para o Povo de Nossa Terra”, apresentado como um balanço dos trabalhos realizados pela Secretaria foi produzido, pago e distribuído quando o candidato Oscar Alves não era mais titular na Secretaria da Saúde. No entanto, o material publicado, que custou um milhão e cento e vinte mil cruzeiros aos cofres públicos, pago com cheque do Banco do Brasil, verba do convênio com o Ministério da Saúde, em 25/08/82, apresenta em cada duas fotos, uma do ex-secretário, candidato a deputado federal, Oscar Alves. A apresentação do livreto é feita pelo ex-secretário, candidato Oscar Alves, como sendo um relatório de sua administração. Em seu depoimento, o ex-secretário disse que era normal ter feito a introdução e constar fotos suas no livreto porque o mesmo se referia à sua administração, esta sua declaração pode ser encontrada nas notas taquigráficas — 19:30 hs (2) até 19:40 hs (3). É importante salientar que este livreto foi publicado seis meses após a desincompatibilização do ex-secretário de suas funções.

Com tal publicação impressa como de autoria do ex-secretário formalmente desincompatibilizado, mais evidencia-se a intromissão indevida do candidato Oscar Alves, em gritante violação às normas de desincompatibilização — artigo 151, inciso III, da Constituição Federal e Lei Complementar n.º 5 — principalmente quando pretendeu relatar, com a conivência do secretário em exercício, por sua omissão a respeito, fatos constantes de um folheto que ninguém, em sã consciência e um mínimo de inteligência, poderia negar ter servido de propaganda eleitoral. A justificativa de que tal ato seria um relatório de trabalho, sem interesse de servir como propaganda eleitoral, é até risível. Aceitá-la significa permitir, escancaradamente a violação da lei de uma forma tão acachapante que traz a tona o conceito errôneo de que as leis foram feitas para serem violadas.

É evidente que a distribuição dos livretos pelo Correio, justamente na época pré-eleitoral, caracteriza, indubitavelmente, quebra da norma constitucional, e, desde que aceitas tais atitudes, tidas como produto da “esperteza”, estar-se-ia atribuindo ao dispositivo do artigo 151, inciso III, da Constituição Federal o estigma da ridicularia.

g) A Associação dos Servidores da Fundação de Saúde — ASSEF — recebeu no ano de 82, três milhões e novecentos e setenta e sete mil cruzeiros repassados pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha e Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, sendo que apenas no mês de novembro a entidade recebeu um milhão e quinhentos mil cruzeiros. Neste repasse não fica explicada a destinação de 200 mil cruzeiros à funcionária da Secretaria, associada da ASSEF e candidata a vereadora em Curitiba pelo PDS,

Maria Augusta. Não há explicação também para o fato de esta entidade (ASSEF), subvencionada pela Secretaria e pela Fundação de Saúde, ter editado, durante o segundo semestre de 82, vários números de seu jornal com artigos e propaganda eleitoral dos candidatos do PDS, aí incluídos a candidata Maria Augusta e o candidato Oscar Alves. Questionados sobre o assunto, as testemunhas Miguel Willie e Oscar Alves responderam e suas afirmações podem ser encontradas nas notas taquigráficas — sr. Willie — 11:00 hs (1) até 11:45 hs — e sr. Oscar Alves — 19:50 hs (3) até 19:55 hs (1). No relatório contábil da diretoria da Associação — encontrado como documentação desta CPI às fls. 452 a 470 e em declaração do presidente em exercício no período citado há informação de que por ordens superiores, transmitidas por dona Maria Augusta, houve alteração da capa do jornal da ASSEF nº 31, que tirou seu caráter pluripartidário apresentando apenas candidaturas pedessistas, notadamente da já citada candidata e do ex-secretário Oscar Alves.

Outra irregularidade envolvendo a destinação de verba a entidade está ligada ao Promopar. Algumas entidades receberam beneficiamento de até dois mil por cento enquanto outras nem viram a cor da verba. Não há nenhuma explicação técnica para o assunto. O ex-secretário Oscar Alves respondeu à questão durante a sessão da CPI e sua resposta pode ser encontrada nas notas taquigráficas — 15:55 hs (1) até 20:00 hs (2).

h) Outra irregularidade encontrada diz respeito ao uso indevido do motorista da Secretaria da Saúde, Carlito Teodoroves, pela família do ex-secretário de Saúde, no período em que este já estava desincompatibilizado conforme exige a legislação eleitoral. O sr. Teodoroves enviou documento a esta CPI — fls. 451 — confirmando o fato. Conforme as notas taquigráficas 20:05 hs (1 e 2) o sr. Oscar Alves responde confessando tal utilização, mas procurando justificá-la pelo volume de serviços da pasta da qual era titular. Fica uma pergunta, no entanto, — a utilização indevida do funcionário durante o período de desincompatibilização, e mesmo até o mês de dezembro de 82 (depois das eleições) prestando serviços ao ex-secretário e à sua família, não teria caracterizado violação à regra disposta pelo artigo 312 do Código Penal? Negar-se essa violação e, portanto essa irregularidade flagrante, seria o mesmo que se fazer um monumento à mordomia e prestar-lhe homenagens e honrarias, enquanto o bom senso, a lei e a moralidade exigem sua execução.

i) A irregularidade mais grave detectada pela sessão de 15 de setembro, foi a atuação do sr. Oscar Alves como secretário de fato em período em que já estava desincompatibilizado. A afirmação foi feita pelo deputado Airton Cordeiro do PDS, durante a inquirição do ex-secretário Oscar Alves, conforme pode ser verificado pelas notas taquigráficas —: “Quando o secretário Oscar Alves deixou a secretaria, se desincompatibilizando para ser candidato à Câmara Federal, e cumprindo um preceito legal, ele, certamente tinha em andamento vários projetos em execução nos municípios e era muito comum, imagino eu, que ex-prefeitos, vereadores também, procurassem o ex-secretário para, até, buscar seu apoio em determinadas obras para saber como é que estava seu andamento, como é que se viabilizava sua conclusão”. O próprio ex-secretário, respondendo as questões dos telefonemas, ao deputado Adhail Sprenger Passos do PMDB — declarou: “quando um cidadão ocupa uma função, como eu ocupei, eu deixei, centenas, não foram dezenas, de obras em andamento em dezenas de municípios

do Paraná, era natural que para conclusão dessas obras, os senhores prefeitos, principalmente, tinha interesse em que elas fossem concluídas e quando tinham alguma dúvida a ser questionada isto foi realizada através de quem? Do chefe de Distrito! O chefe do Distrito às vezes pedia informações e às vezes era o inverso, era eu quem pedia informações a respeito de tal obra em tal município ao chefe do Distrito para que eu pudesse ir nos órgãos públicos estaduais e defender os interesses daqueles municípios e daquela instituição, ao qual eu tinha me desincompatibilizado, mas ainda com a responsabilidade de ver concluída aquela obra”, ver notas taquigráficas fls. 349, onde a testemunha faz mais menção a esta atitude.

V — DAS MEDIDAS A SEREM TOMADAS

1 — Face ao foro privilegiado dos parlamentares — artigo 32, parágrafo 4º, da Constituição Federal —: “Os deputados e senadores serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal”, e a regra de conexão que estabelece a prevalência da jurisdição especial sobre a comum — artigo 78, IV, do Código de Processo Penal — como também a que determina a unidade processual — artigo 79 do Código de Processo Penal — proceda-se o encaminhamento de cópia dos autos de investigação das irregularidades cometidas na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social ao excelentíssimo sr. Procurador Geral da República para que sejam analisados os fatos e seu possível enquadramento como delitos da persecução penal pública, em razão do que agora se delinea:

a) Nota-se pela descrição das irregularidades que houve evidente quebra de norma constitucional prevista pelo artigo 151 e seus incisos da Constituição Federal referente à questão de inelegibilidade e mais precisamente com relação à preservação da “normalidade e legitimidade das eleições contra a influência ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego públicos da administração direta ou indireta, ou do poder econômico” (inciso III) como ainda, mais genericamente, com respeito a preservar-se o regime democrático (inciso I) e a probidade administrativa (inciso II).

O princípio de ilegitimidade ficou concretizado pela lei complementar número 5 de 104/70, com alterações posteriores estabelecidas pela alínea “c” do parágrafo 1º, do artigo 151 da Constituição Federal, que fixou o prazo de nove meses para a desincompatibilização de Secretário de Estado sem mandato parlamentar.

Desincompatibilizado, seria o Secretário de Estado elegível, portanto. Contudo, tal situação não poderia restringir-se tão somente às questões formais e protocolares, pois senão a influência ou o abuso tornar-se-iam possíveis mediante a utilização de subterfúgios, como — por exemplo — substituir-se o Secretário em vias de candidatar-se por uma figura meramente decorativa, que assinasse a documentação, enquanto que, de fato, o exercício da função secretarial continuasse sob o comando do ex-titular (então só formalmente desincompatibilizado), seria toda ela, ao menos em pontos cruciais da execução da política da pasta. Tal burla, é evidente, não poderia ser aceita, porque a preocupação do legislador constituinte foi expungir-se da realidade eleitoral brasileira as más influências de políticos nas campanhas eleitorais, pelo uso da máquina administrativa em proveito pessoal ou de cunho político-partidário.

Visto isso, é de ser constatada qual seria a sanção legal prevista para os casos de infringência da norma constitucional apontada. É evidente que não estaria a resposta legal limitada à providência prevista no artigo 5º e seus parágrafos, da Lei Complementar número 5, onde se estabeleceu

aos interessados (candidatos, partidos ou Ministério Público) a possibilidade de impugnar, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua publicação, pedido de registro do candidato. Se houvesse limitação, e considerando-se que o prazo referido no artigo 5.º da lei acima, é peremptório (art. 18), desde e que a impugnação não ocorresse, como seria resolvida a questão do exercício posterior de função (de fato ou mesmo formalmente — com assinatura em documento, por exemplo, por parte do candidato desincompatibilizado), depois mesmo de decorrido o prazo para o julgamento das impugnações apresentadas? Claro que tal exercício seria completamente irregular e, desde que efetivado com o fim de obter votos, encontraria resposta no preceito estabelecido pelo artigo 299 do Código Eleitoral — Lei 4.737, de 18/07/68 — que define o crime de corrupção eleitoral, tanto ativa como passiva. Ou, quando menos, se se verificasse — como se verificou com as próprias palavras do ex-secretário depoente, deputado Oscar Alves, — que foram dados telefonemas dos Distritos Sanitários ao terminal telefônico 223-4407 instalado no seu comitê eleitoral. Isso para que ele próprio se mantivesse informado sobre a continuidade das obras iniciadas na sua gestão e assim pudesse gestionar junto a autoridade e órgãos públicos no sentido de suas conclusões (como de fato gestionou, segundo confissão de própria voz perante esta CPI, citando casos de Mangueirinha e vários outros municípios do Paraná). Tais fatos caracterizam-se em exercício de função de Secretário de Estado durante o período da desincompatibilização, pois como ele próprio ainda definiu: “isso é administração” — fls. 350 da CPI —, “é prestação de serviço” (de serviço público, diga-se a bem da verdade), ainda mais, ao verificar-se que os telefonemas foram pagos pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, que só efetua pagamentos de serviços de interesse público. Logo, quem exerceu de fato a função pública de Secretário de Estado, durante o período de sua desincompatibilização, a partir de fevereiro de 82, conforme está comprovado pela relação de telefonemas — documentado às fls. 51 a 58 dos autos da CPI — e por suas próprias palavras, por certo (ainda que não tivesse visado fins eleitorais — o que seria duvidoso para o raciocínio mais simples produzido por qualquer inteligência mediana) teria usurpado o exercício de função pública e estaria sujeito à resposta dada pela norma prevista pelo artigo 328 do Código Penal. Assim conclui-se com o ensinamento de eminentes penalistas:

“Lexicologicamente usurpar é tomar, arrebatar, apoderar-se etc. De acordo com a oração da lei, pratica a ação delituosa quem, indebita ou ilegítimamente executa ato de ofício” (Magalhães Noronha, IN: “Direito Penal” 4.º Volume, pag. 356, ed. 1965).

Ou como ensina Magalhães Drumond:

“Função pública é toda função inerente a um cargo público, e, de ponto de vista do dispositivo que se comenta, não só o complexo das funções inerentes a um cargo público. Queremos com isso dizer que para integração do crime ora estudado não seria necessária a usurpação de todas as funções ou do complexo das funções de um cargo, sendo indiferente para a lei que uma só ou várias, ou todas as funções de um cargo sejam usurpadas: usurpação verifica-se em todas essas hipóteses. Assim o exige o interesse público, que ficaria no desamparo, com possíveis incalculáveis prejuízos, se para integração do delito se fosse guardar a usurpação do complexo das funções de um ofício ou cargo, coisa aliás dificílima de se perfazer a não ser enquanto raríssimos cargos, limitadíssimas, reduzidíssimas funções”. (IN: “Comentários ao Código

Penal).

Não se esperaria, pois, que o ex-secretário, desincompatibilizado, reassumisse o complexo de funções de uma Secretaria como a de Saúde e Bem-Estar Social, tomando assento novamente na cadeira que lá deixara, para só então concluir-se sobre a usurpação. A prática confessada de controlar o encaminhamento das obras e exercer influência junto aos órgãos públicos e autoridades para a continuidade delas (efetivada do assento postado no comitê eleitoral) caracteriza perfeitamente a execução indebita e ilegítima (contrária à lei das inelegibilidades e à própria Constituição Federal, como vimos) de atos do ofício secretarial.

Vê-se, pois, que as irregularidades — ao que tudo indica — chegaram a configurar infração de caráter penal, e também com relação às atividades correlatadas de chefes de Distritos Sanitários que, à sua maneira, colaboraram com as irregularidades cometidas, como aliás ficou explicitado no item IV, letra “c” deste relatório.

Os telefonemas não foram esporádicos, é bom que se frise. Realizaram-se costumeiramente e no sentido de que o ex-secretário mantivesse influência, diretamente de seu comitê eleitoral, a continuidade administrativa da pasta. O secretário substituto parece que não merecia do sr. Oscar Alves conceito de competência ou confiabilidade para fazer aquilo que era do seu dever, ou seja, dar continuidade à administração e andamento às obras anteriormente iniciadas. Essa a realidade constatada pela CPI.

Na verdade, aí estão por certo as origens do conceito do hoje chamado “governo paralelo” — ou — como diz a lei — usurpação do exercício da função pública, senão configurado delito eleitoral, sempre com a colaboração de funcionários dos Distritos Sanitários que efetuaram as ligações pagas pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha — item IV, letra “c”.

b) Com relação à utilização indevida de funcionário público, senão tipificado o delito no artigo 299 do Código Eleitoral, quase certamente tratar-se-ia de conduta caracterizadora de infração penal.

c) Com referência a utilização de veículos, combustíveis e desvio de verbas públicas possivelmente teriam caracterizado senão o delito previsto pelo artigo 299 do Código Eleitoral, ao menos aquele definido pelo artigo 312 do Código Penal (peculato).

2. Sejam remetidas cópias do presente relatório à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, bem como à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha para que providenciem:

a) a propositura das devidas ações de ressarcimento dos danos causados pelo mau emprego de verbas públicas (pagamento indevido de publicações, telefonemas e funcionários utilizado por particulares etc.).

b) Também para que providenciem a aplicação das devidas sanções previstas pela legislação trabalhista, inclusive rescisões contratuais, calcados em justa causa, nos casos estabelecidos pelo artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, com comunicação de fatos novos à CPI.

c) ou, quando funcionários, os faltosos, a aplicação das normas do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná (Lei 6.174, de 18/11/70), para as devidas punições disciplinares, inclusive com a instauração de inquéritos administrativos para a apuração de faltas graves (exemplo: utilização indevida do funcionário Carlito Teodoroves) e, de consequência, promoção das devidas demissões, se for o caso.

3. Seja encaminhada cópia deste relatório, através da mesa executiva da Assembléia Legislativa, à Comissão

Executiva do Congresso Nacional, para que lá se encaminhe à Comissão Permanente a que estiver afeta a matéria, visando o estudo de projeto de lei para a possível inclusão, no elenco dos delitos eleitorais, do fato de alguém usurpar o exercício de função pública, durante o período de sua desincompatibilização eleitoral, como exigida pelo artigo 151 e seus incisos, da Constituição Federal e Lei Complementar número 5 de 29/04/70.

Isso face às ponderações já expostas no item V, nº 1, letra "a" deste relatório, e mesmo porque desde que há uma regra de caráter eleitoral de tal envergadura que mereceu fazer parte do corpo especial das normas constitucionais, não se pode entender que à sua violação não corresponda outra sanção eleitoral que aquela da impugnação do registro de candidaturas, no prazo peremptório de cinco dias, como estabelece o artigo 5º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 5, e a resposta penal seja encontrada apenas no âmbito do direito comum — artigo 328 do Código Penal — (delito de usurpação do exercício da função pública). Melhor seria, diante da importância do bem jurídico que se pretendeu proteger (NORMALIDADE DO PROCESSO ELEITORAL, expungidos da pressão de toda ordem) fosse estabelecida a usurpação de função pública por candidato desincompatibilizado como crime eleitoral, com consequências mais precisas, no âmbito das próprias normas desobedecidas.

VI – SUGESTÕES PARA INCLUSÃO NO PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA

A adoção de uma política global para admissão de pessoal pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado, respeitadas as peculiaridades de cada um, estabelecida a fiscalizada por um órgão intragovernamental especialmente constituído com esse fim, visando um permanente controle do crescimento e das alterações dos respectivos quadros de pessoal.

Desse modo se poderia alcançar o disciplinado movimento de admissões a qualquer título, excluídas as nomeações para cargos em comissão, atendidas as efetivas necessidades de cada órgão e as possibilidades orçamentárias do Estado.

Assim procedendo estaríamos evitando a triste repetição de episódios como aquele aqui relatado, quando as anteriores administrações da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e órgãos vinculados, com o fim de atender interesses evidentemente pessoais e político-eleitorais de seus então dirigentes que se tenha demonstrado sua real necessidade para o funcionamento da máquina administrativa, onerando sensível e indelevelmente as já combalidas finanças do Estado.

Curitiba, 16 de novembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA
Sub-Relator

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:15 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e com a presença dos senhores deputados Tércio Albuquerque, Adhail Sprenger Passos, Sabino Campos, Nestor Baptista, Márcio Almeida, Luiz Gabriel Sampaio, Fiori Luiz, José Fonseca, Paulo Furiatti e Orlando Pessuti, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis corrupções administra-

tivas. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, solicitando ao Secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O senhor presidente informa o recebimento de expediente da Casa Fundação dos Trabalhos da Cooperativa Mista dos Servidores do Estado em complementação ao já recebido através do protocolo nº 6.969/83 e do senhor Carlos Floriano da Costa, sobre assuntos a serem tratados nesta Comissão. Em seguida, comunica que através contato telefônico da assessoria do Poder Executivo, se encontra nesta Casa o senhor doutor Zênio Oliveira e Silva, o qual é portador da documentação referente às irregularidades administrativas, encontradas através da Comissão de Sindicância, constituída na Fundepar. Com a palavra o senhor Zênio Oliveira e Silva, procede a entrega de quatro (04) vias da Sindicância instaurada na Fundepar, para apurar possíveis irregularidades administrativas daquele órgão. Após considerações dos senhores deputados Adhail Sprenger Passos e Luiz Gabriel Sampaio, ficou deliberado que as denúncias recebidas em quatro (04) vias, ficariam assim distribuídas: (uma) 01 via do Relator Geral da Comissão Parlamentar de Inquérito, uma (01) via para o Relator designado para o assunto, uma (01) via para a Secretaria da Comissão e uma (01) via para a consulta dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Apresentados argumentos sobre as matérias recebidas pela CPI para investigações, pelos senhores deputados Adhail Sprenger Passos, Luiz Gabriel Sampaio e José Fonseca, ficou deliberado que as matérias deverão ser encaminhadas através de ofícios formais, as quais após numeração pela Secretaria da Comissão, serão distribuídas para fins de análises dos membros sobre o assunto nelas tratado. Com essa deliberação determinou o senhor presidente, que se oficiasse aos senhores Silvio Sebastiani, José Raimundo e Ari Soares para oficializar perante a Comissão, as denúncias apresentadas através de fotocópias do Diário da Assembléia. Ficou estabelecido que, ao final de cada reunião, será elaborada a pauta dos trabalhos a ser seguido na reunião seguinte. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrado os trabalhos marcando outra reunião para a próxima quinta-feira, dia 25 de agosto do ano em curso, às 9:00 horas, no anfiteatro deste Poder Legislativo, quando da pauta constará a apresentação pelo senhor relator geral, deputado Luiz Gabriel Sampaio, do Roteiro a ser apreciado pelos membros da Comissão, da documentação recebida da Fundepar e da qual para constar, eu Boanerges de Menezes Caldas lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e com as presenças dos senhores deputados Sabino Campos, Fiori Luiz, Paulo Furiatti, Nestor Baptista, José Fonseca, Adhail Sprenger Passos, Odeni Mongruel e Orlando Pessuti, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades administrativas cometidas em órgãos da administração pública

do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, solicitando ao secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada com observação do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, fazendo constar a retificação que a apresentação do roteiro referente à documentação da FUNDEPAR, nesta reunião seria através do senhor relator geral, deputado Luiz Gabriel Sampaio. O senhor presidente comunica o recebimento de telex do senhor deputado Tércio Albuquerque, justificando o seu não comparecimento a presente reunião, tendo em vista compromissos inadiáveis, junto ao município de Foz do Iguaçu, e o ofício nº 1.129/83, da presidência desta Casa, encaminhando a esta Comissão a denúncia sobre a CPI da Saúde Pública. O senhor deputado Adhail Sprenger Passos, com a palavra, inicialmente indaga se a comissão tem conhecimento dos motivos da ausência nesta reunião do relator da matéria, deputado Luiz Gabriel Sampaio, o qual deveria apresentar roteiro específico sobre a documentação referente à Fundepar, comunicando que, conforme compromisso seu, pretende apresentar e defender o roteiro elaborado sobre aquela documentação. O senhor deputado Paulo Furiatti, solicita à presidência para que, após os assuntos a serem tratados nesta reunião, a mesma discuta e se manifeste sobre as ausências do relator geral, como vem acontecendo. Em votação a proposta, é aprovada. Nesta altura dos trabalhos, registram-se as presenças dos senhores deputados Jorge Amim Maia Filho, Luiz Alberto de Oliveira, Gabriel Manoel e Caíto Quintana. Em seguida o senhor deputado Adhail Sprenger Passos apresenta e justifica o roteiro específico sobre a documentação recebida para apurar as denúncias referentes a Fundepar, o qual consta de 2 (dois) itens, um sobre diligências a serem efetivadas e outro sobre a convocação de pessoas para serem ouvidas pela Comissão. Em discussão, é aprovada a proposta do roteiro apresentada pelo senhor deputado Adhail Sprenger Passos, após considerações sobre a mesma do senhor deputado Jorge Amim Maia Filho. O senhor presidente, tendo em vista o roteiro aprovado, determina que sejam convocados os senhores Mário Goubert Filho, Hildo Lopes, Teodoro Lipski, Irineu Guedes e Luís Gonzaga Brand. O senhor deputado Paulo Furiatti, com a palavra, manifesta a sua estranheza sobre as reiteradas ausências do relator geral designado, sugerindo que a presidência em contato com aquele deputado, verificasse sobre a possibilidade da sua permanência naquelas funções ou a nomeação de outro relator, tendo em vista que a presença do relator geral, como peça fundamental para a sequência dos trabalhos se faz imprescindível às reuniões. Discutindo a proposta apresentada pelo senhor deputado Paulo Furiatti, usam da palavra os senhores deputados Gabriel Manoel, Fiori Luiz, José Fonseca e Odeni Mongruel. O senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira com a palavra, justifica a ausência da presente reunião do senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio, dizendo que a mesma se faz em razão de grave problema de saúde em pessoa de sua família. O senhor presidente agradeceu os esclarecimentos prestados pelo senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, e, comunica o recebimento de telefonema do gabinete do senhor deputado Airton Cordeiro, justificando a sua ausência nesta reunião, tendo em vista viagem à cidade de Foz do Iguaçu. Após várias considerações pelos senhores deputados Gabriel Manoel, José Fonseca, Jorge Amim Maia Filho, Caíto Quintana, Odeni Mongruel, Nestor Baptista, Adhail Sprenger Passos e Luiz Alberto de Oliveira, sobre o texto do formulário de compromisso a ser prestado

pelos depoentes, são aprovados os 3 (três) formulários apresentados pela presidência, referente a qualificação, compromisso a ser prestado, e inscrições de membros da CPI a serem adotados pela Comissão, quando da audiência de depoentes convocados pela mesma. Por proposta aprovada do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, é indicado o deputado Márcio Almeida para a elaboração de roteiro específico, sobre as denúncias de irregularidades relativas à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. É deferida pela presidência, a solicitação do senhor Luiz Alberto de Oliveira, para que cópias da documentação recebida pela CPI fossem encaminhadas aos gabinetes das lideranças partidárias. O senhor deputado Sabino Campos, solicita à presidência para que as diligências referentes ao roteiro aprovado sobre a Fundepar, sejam aceleradas para que, já na próxima reunião esta Comissão possa ouvir as pessoas convocadas. Com a palavra o senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, propõe que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, investigue a denúncia contida no "Jornal do Estado", edição de 25/08/83, sobre a aplicação de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE, em estabelecimento de crédito que não o Banco do Estado do Paraná, o que caracteriza a prática de grave irregularidade administrativa. A presidência esclarece que o item 3.º, do requerimento de constituição da CPI, trata do assunto do Instituto de Previdência do Estado - IPE, ocasião em que será ouvido o senhor superintendente daquele órgão. O senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, diz que a matéria é fato novo e diverso do tratado no requerimento do senhor deputado Nilso Sguarezi, razão pela qual está formalizando junto a esta CPI, a denúncia levantada por aquele veículo de imprensa de nosso Estado. Em discussão a matéria apresentada pelo deputado Luiz Alberto de Oliveira e, após considerações dos senhores deputados Adhail Sprenger Passos, Fiori Luiz, é aprovada a proposição para que uma comissão constituída pelos senhores deputados Rubens Bueno, Jorge Amim Maia Filho e Sabino Campos, entre em contato com a superintendência do Instituto de Previdência do Estado e presidência do Banco do Estado do Paraná, a fim de colherem esclarecimentos sobre os fatos referentes às denúncias apresentadas no "Jornal do Estado". Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra os trabalhos marcando outra reunião para o próximo dia 1.º de setembro do ano em curso, às 9:00 horas, no anfiteatro deste Poder, com a pauta referente ao roteiro específico aprovado sobre as denúncias de possíveis irregularidades junto à Fundepar, da qual para constar eu Boanerges de Menezes Caldas, secretário, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente e por mim, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges Menzese de Caldas — Secretário

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às nove horas e dez minutos, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno, e contando com a presença dos senhores deputados Márcio Almeida, Sabino Campos, Paulo Furiatti, José Fonseca, Fiori

Curitiba, terça, em 06/12/83

Luiz, Adhail Sprenger Passos, Tércio Albuquerque, Gabriel Manoel, Nilso Sguarezi, Jorge Amim Maia Filho, Luiz Gabriel Sampaio, Odeni Mongruel, Luiz Alberto de Oliveira, Nestor Baptista, Augusto Carneiro, Ailton Cordeiro, Roberto Requião e Werner Wanderer, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, solicitando ao secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O senhor presidente, comunica o recebimento dos ofícios da Banestado - Corretora de Valores, Instituto de Previdência do Estado e Instituto de Identificação, sobre diligências àqueles órgãos dirigidas. Informa, em seguida, sobre os entendimentos que esta Comissão, através da presidência e do senhor deputado Sabino Campos, teve no Instituto de Previdência do Estado. Recebida documentação referente a possíveis irregularidades junto ao Instituto de Terras e Colonização e Detran, foi aprovada pela Comissão a indicação dos senhores deputados Nestor Baptista e Sabino Campos, respectivamente, para elaborarem os roteiros específicos sobre os mesmos. O senhor presidente, tendo em vista o roteiro específico sobre possíveis irregularidades junto a Fundepar, comunica a presença dos depoentes convocados, que serão ouvidos na reunião de hoje, obedecendo a critérios já estabelecidos e próprios das Comissões de Inquéritos. O senhor deputados Jorge Amim Maia Filho, com a palavra protesta, sobre a vinculação de fatos a serem apurados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, através do jornal "Folha de Londrina", dizendo que tais fatos caracterizam irregularidades que ferem a Lei sobre sigilo bancário, acusando tal nota jornalística como sensacionalista e contrária ao sentido desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em seguida, após várias considerações sobre a formalização da maneira como serão ouvidos os depoimentos das pessoas convocadas, pelos senhores deputados Gabriel Manoel, Paulo Furiatti, Ailton Cordeiro, Márcio Almeida, José Fonseca, Jorge Amim Maia Filho, Augusto Carneiro, Fiori Luiz, Sabino Campos e Tércio Albuquerque, prestam depoimentos perante a Comissão os senhores Irineu Guedes, Hildo Lopes e Teodoro Lipski, os quais após prestarem o compromisso legal e ouvirem a leitura dos termos da declaração que prestaram junto a Comissão de Sindicância junto a Fundepar, respondem às indagações dos senhores deputados, previamente inscritos, conforme consta das listas de inscrições anexas às notas taquigráficas dos respectivos depoimentos. O senhor presidente comunica aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que se encontra, acompanhando e prestando serviços, à disposição desta Comissão, por ato do Chefe do Poder Executivo, o doutor Santos Lima, digno representante do Ministério Público de nosso Estado. Em seguida, convocados pela presidência, prestam depoimentos perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, os senhores Luiz Gonzaga Brandt e Mário Goubert Filho, os quais após a prestação de compromisso legal, foram inquerido pelos deputados previamente inscritos conforme lista de inscrições anexas às notas taquigráficas dos respectivos depoimentos. Ao depoimento do senhor Mário Goubert Filho, é anexada por solicitação do depoente, documentação referente ao Organograma e Manual de Atribuições da Fundepar. Após prestarem seus depoimentos, com os agradecimentos emitidos pela presidência, são dispensadas as testemunhas, que nesta reunião foram ouvidas. O deputado Luiz Alberto de Oliveira, com a palavra, comunica

haver chegado ao seu conhecimento fato irregular ocorrido na atual administração da Fundepar, com relação a retirada de um aparelho telefônico de prefixo 252-1233, de propriedade daquela órgão e instalado em domicílio particular, sito à rua Teófilo Soares Gomes, com o prefixo 264-4224, caracterizando tal ato como de grave irregularidade administrativa, o qual segundo vocabulário jurídico, tem a conotação de peculato, solicitando, assim que após reduzida em termos, seja a presente denúncia devidamente averiguada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O deputado Márcio Almeida, com a palavra, tece considerações sobre a denúncia apresentada pelo senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, dizendo ser necessário o imediato esclarecimento destes fatos, sugerindo a formação de uma Comissão para "in loco", verificar sua procedência. O senhor presidente, informa que, pessoalmente irá proceder os contatos junto a Fundepar, para esclarecimento do fato apresentado pelo senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, nesta reunião, dando conhecimento em seguida da proposta de roteiro elaborado pelo senhor deputado Márcio Almeida, referente as documentações recebidas da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Pública, o qual após considerações do senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, à respeito das pessoas a serem ouvidas pela Comissão, é aprovado com as seguintes determinações: 1) comprovação, via Telepar ou outra forma apropriada, de que o aparelho telefônico número 223-4407, esteve de fato instalado durante o período de julho a novembro de 1982, na sede do Comitê Eleitoral do ex-candidato e atual deputado federal Oscar Alves (avenida Presidente Getúlio Vargas, 684); 2) realização de auditoria na contabilidade da gestão anterior da Associação dos Servidores da Fundação de Saúde - ASSEF; 3) sejam tomados depoimentos da ASSEF, senhor João Galdino de Oliveira, motorista da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, doutor Lórgio Cuellar Cuellar, médico chefe do 2.º distrito sanitário, doutor Ari de Cristan e doutor Oscar Alves, deputado federal. O senhor deputado Ailton Cordeiro, com a palavra, solicita que nas futuras reuniões desta Comissão, que se prolongarem até a tarde, a mesma seja suspensa no início da sessão plenária, para que os deputados possam ali comparecer sem prejuízo dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Em votação a proposta, é aprovada. É aprovada pela Comissão, proposta do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, para que na próxima reunião seja estabelecido prazo para que o relatório das denúncias e já definidas pelo roteiro parcial, sejam finalizadas com soluções definidas. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerra a reunião às 16:25 horas, marcando outra para o próximo dia 15 de setembro do ano em curso, às 9:00 horas, no anfiteatro deste Poder Legislativo, com a pauta referente à proposição de roteiro aprovado sobre a ocorrência de irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, e a apresentação, pelos senhores deputados Sabino Campos e Nestor Baptista, de roteiro parcial sobre a documentação recebida do Instituto de Terras e Colonização e Detran, da qual para constar eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, da qual lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente
Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR

DE INQUÉRITO – CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às nove horas e quinze minutos, no anfiteatro do Poder Legislativo do Estado do Paraná, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados Sabino Campos, Márcio Almeida, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, José Fonseca, Tércio Albuquerque, Fiori Luiz, Paulo Furiatti, Nestor Baptista, Gabriel Manoel, Nilso Sguarezi, Luiz Alberto de Oliveira, Sérgio Spada, Ivan Gubert, Jorge Amim Maia Filho, Basílio Zanusso, Tuguio Setogutte, Nelson Vasconcellos e Anibal Khury, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos que, no seu desenvolvimento, teve a ocupar ainda a presidência o senhor deputado Sabino Campos. O senhor presidente solicitou ao secretário, a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. Para uma questão de ordem, o senhor deputado Gabriel Manoel, solicita informação, se o senhor representante do Ministério Público, doutor Santos Lima que se encontra à disposição desde Poder, prestando serviços junto a CPI, veio para assessorar à Comissão ou somente aos membros da bancada do PMDB. O senhor presidente informa que tal pergunta já foi respondida na reunião anterior mas que o doutor Santos Lima, como os demais convocados para prestarem assessoramento à Comissão, encontram-se à disposição de todos os membros sem distinção, no 5.º andar deste Poder Legislativo, junto ao gabinete da Consultoria Legislativa. Para uma questão de ordem, o senhor deputado Jorge Amim Maia Filho, solicita que seja constado em Ata, seu protesto pela maneira como a CPI tem prestado informações a imprensa e responsabiliza o senhor presidente da CPI e o doutor Clovis Stadler de Souza, diretor geral deste Poder. O senhor presidente comunica a expedição dos seguintes ofícios: por solicitação do senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, à diretora superintendente da Fundação Educacional do Paraná, ao senhor Secretário de Estado das Finanças e ao senhor diretor presidente da Telecomunicações Paraná, objetivando informações sobre a instalação do terminal telefônico de prefixo 252-1233, pertencente à Fundepar, em domicílio particular, sito à rua Teófilo Soares, nesta Capital, com prefixo alterado para 264-4224. Ao senhor diretor presidente das Telecomunicações do Paraná, solicitando informações sobre a instalação do terminal telefônico de prefixo 223-4407, no período compreendido entre julho e novembro de 1982, na sede do comitê do ex-candidato e atual deputado federal doutor Oscar Alves, na época sito à avenida Presidente Getúlio Vargas, 684, nesta Capital, bem como a comprovação de despesas. O senhor presidente comunica o recebimento dos seguintes expedientes: ofício nº 872/83, do senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, ofício nº 1763/83, do senhor Secretário de Estado das Finanças, ofícios nºs 293/83 e 294/83, do senhor presidente da Telecomunicações do Paraná e do Detran, ofício nº 1059/83 sobre diligências àqueles órgãos dirigidas. Da Secretaria de Estado da Agricultura, enviando cópia do Relatório Geral e anexos, elaborado pelo Escritório de Auditoria Alfeu de Melo, contratado pelo Instituto Agrônomico do Paraná - IAPAR. Foi aprovado pelos senhores membros da Comissão a indicação do senhor deputado Paulo Furiatti, para elaborar o roteiro específico sobre o mesmo. O

senhor presidente também comunica o recebimento de documentos entregues pelos senhores deputados Márcio Almeida, Sabino Campos e Nestor Baptista, em complementação aos já existentes na CPI, referentes à Saúde, ITC e Detran. Para uma questão de ordem, com a palavra o senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio, solicita a presidência, que seja comunicado ao autor do requerimento, deputado Nilso Sguarezi, para que sejam providenciados, já para a próxima reunião, todos os documentos referentes aos itens apresentados e que embasaram o pedido de instalação desta CPI. Na oportunidade, o senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio, classifica como maldosa e maneira como vem sendo distribuídas as matérias para a imprensa, antes de serem apurados os fatos. O senhor presidente deixa a palavra livre, antes de passar à fase dos depoimentos. Na ocasião usam da palavra os senhores deputados Jorge Amim Maia Filho, Márcio Almeida, Gabriel Manoel e Ailton Cordeiro. Para uma questão de ordem o senhor deputado Nestor Baptista, discorda das manifestações dos senhores deputados Jorge Amim Maia Filho e Luiz Gabriel Sampaio, quando se referem que a imprensa do Paraná, somente vem publicando matérias da bancada do PMDB. Em seguida, após várias considerações sobre a formalização da maneira como serão ouvidos os depoimentos das pessoas convocadas, pelos senhores deputados Luiz Alberto de Oliveira, Nilso Sguarezi, Jorge Amim Maia Filho, Gabriel Manoel, Ailton Cordeiro, Márcio Almeida, José Fonseca, Paulo Furiatti, prestam depoimentos perante a Comissão os senhores Miguel Arnoldo Wille, João Galdino de Oliveira, Lorgio Cuellar Cuellar e Ari de Cristan, os quais após prestarem o compromisso legal, responderam às indagações dos senhores deputados, previamente inscritos, conforme consta das listas de inscrições anexas às notas taquigráficas dos respectivos depoimentos. Às 14:20 horas, o senhor presidente suspende os trabalhos, para que os senhores membros possam comparecer sem prejuízo dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, a sessão plenária. Reaberto os trabalhos às 16:45 horas, sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno, na Sala de Reunião das Comissões Técnicas. Na ocasião constatou-se a presença dos senhores deputados Tércio Albuquerque, Sérgio Spada, Márcio Almeida, Adhail Sprenger Passos, Fiori Luiz, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Luiz Alberto de Oliveira, Erondy Silvério, Jorge Amim Maia Filho, Ivan Gubert, Nelson Buffara, Anibal Khury, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Ailton Cordeiro, Luiz Gabriel Sampaio, Sabino Campos, Basílio Zanusso, Homero Oguido e Tuguio Setogutte. Havendo a existência de número regimental, o senhor presidente solicitou ao depoente doutor Oscar Alves, a prestar o compromisso legal perante a Comissão. Usando da palavra o doutor Oscar Alves dissertou longamente e foi inquerido pelos senhores deputados previamente inscritos conforme lista de inscrição anexa às notas taquigráficas do respectivo depoimento. Durante o depoimento do senhor doutor Oscar Alves, a reunião foi suspensa às 19:35 horas e reaberto os trabalhos às 19:40 quando foi restabelecida a ordem. Após prestarem seus depoimentos com os agradecimentos emitidos pela presidência, são dispensadas as testemunhas, que nesta reunião foram ouvidas. Ficou estabelecido na presente reunião, que o roteiro parcial, dos documentos referentes a Fundepar, será apreciado no próximo dia 29 de setembro do ano em curso. Senhor presidente, com a palavra, comunica que serão apreciados os roteiros elaborados pelos senhores deputados Sabino Campos, referente ao ITC e Nestor Baptista, referente ao Detran. Primeiramente é apreciado o roteiro do senhor deputado Sabino Campos, o qual é

aprovado com observação e com as seguintes determinações: enviar expediente à Presidência do Instituto de Terras e Cartografia, solicitando o seguinte: a) levantamento referente a distribuição de mudas com fins eleitorais, na última campanha eleitoral, de 15 de novembro, pelo ITC; b) solicitação de encaminhamento para a CPI, de cópias do Inquérito Administrativo em andamento no ITC; c) levantamento de dados referentes a venda do aparelho de aerofotogrametria, pertencente ao ITC. A seguir o senhor deputado Nestor Baptista apresenta o relatório referente ao Detran, o qual foi aprovado com as seguintes determinações: a requisição ao Detran, em complementação aos documentos já encaminhados à CPI, dos resultados finais de toda e qualquer diligência que esteja em andamento ou venha a ser instaurada por determinação de sua chefia junto às Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans); b) requisição de qualquer trabalho ou documento que revele estudos feitos no sentido de criação de um setor de lançamento de multas para a viabilização de ampla defesa dos notificados infratores de normas de trânsito; c) requisição de qualquer estudo realizado e documentado sobre a criação de um quadro de chefes de Ciretrans, a ser provido por concurso, segundo critérios legais; d) sejam tomados depoimentos das seguintes pessoas: Paulo Ferreira, atual chefe da Ciretran de Cruzeiro do Oeste, Ari Vitor Alves, funcionário do Detran e presidente da Comissão de Sindicância, doutor Otávio César Valeixo, juiz de direito da 1ª Vara de Trânsito de Curitiba, Coronel Osvaldo Cruz, ex-diretor geral do Detran e doutor Mário Cesar Stamm. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra a reunião, marcando outra para o próximo dia 22 de setembro do ano em curso, às 9:00 horas, no anfiteatro deste Poder Legislativo, com a pauta referente às proposições de roteiros aprovados sobre as ocorrências de irregularidades no Detran e ITC, e a apresentação de roteiro parcial sobre a documentação recebida através da Secretaria de Estado da Agricultura pelo senhor deputado Paulo Furiatti, da qual para constar, eu, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1983.

(aa) RUBES BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:25 horas, no anfiteatro do Poder Legislativo do Estado do Paraná, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno, e contando com as presenças dos senhores deputados Sabino Campos, Adhail Sprenger Passos, José Fonseca, Nilso Sguarezi, Jorge Amim Maia Filho, Odeni Mongruel, Ivan Gubert, Nestor Baptista, Paulo Furiatti, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Luiz Gabriel Sampaio, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Augusto Carneiro, Homero Oguido e Orlando Pessuti, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos que, no seu desenvolvimento teve a ocupar ainda a presidência os senhores deputados Sabino Campos e Orlando Pessuti. O senhor presidente solicitou ao secretário a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. Para uma questão de ordem, o senhor deputado

Tércio Albuquerque, passa às mãos da presidência documentos referentes a Fundepar, para que o mesmo seja juntado aos demais já existentes na Comissão. O senhor presidente, comunica o envio de ofícios ao Detran e ITC, conforme solicitação contida em roteiros aprovados em reunião anterior. Em seguida, prestam depoimentos perante a Comissão os senhores Paulo Ferreira, Ari Vitor Alves e Octávio Jorge de Cesar Valeixo, os quais prestaram o compromisso legal, responderam às indagações dos senhores deputados previamente inscritos, conforme consta das listas de inscrições anexas às notas taquigráficas dos respectivos depoimentos, às 14:30 horas, o senhor presidente suspende os trabalhos, conforme deliberação aprovada em reunião anterior. Para uma questão de ordem, o senhor deputado Tércio Albuquerque, apresenta proposição para que se prossiga os trabalhos, a qual foi colocada em votação e aprovada. Em continuidade aos trabalhos, o senhor presidente, convoca os senhores Osvaldo Alves Cruz e Mário Cesar Stamm, a prestarem depoimentos perante a Comissão, os quais após o compromisso legal, responderam às indagações dos senhores deputados previamente inscritos, conforme consta das listas de inscrições anexas às notas taquigráficas dos respectivos depoimentos. Após prestarem seus depoimentos, e com os agradecimentos emitidos pela presidência, são dispensadas as testemunhas, que nesta reunião foram ouvidas. O senhor presidente, coloca em votação roteiro apresentado pelo senhor deputado Paulo Furiatti, sobre possíveis irregularidades ocorridas no Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, o qual é aprovado com a seguinte determinação: enviar expediente ao senhor Alfeu de Melo, convocando-o a comparecer perante esta Comissão, no próximo dia 5 de outubro do ano em curso. O senhor presidente coloca a apreciação proposta do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, a qual fixa o tempo de 15 minutos, prorrogáveis por mais 15 minutos, a juízo do Plenário, para que cada depoente, se assim o desejar, possa expor o assunto objeto de sua convocação, após o que terão início as perguntas dos senhores deputados presentes na Comissão. Após considerações dos senhores deputados Jorge Amim Maia Filho, Nestor Baptista e Augusto Carneiro, é colocada em votação e aprovada. O senhor deputado Márcio Almeida, encaminha requerimento no qual solicita que sejam enviados ofícios à Prefeitura Municipal de Londrina, pedindo informações sobre a procedência, uso e consumo de vacinas durante o ano de 1979, por parte dos Postos de Saúde, daquele município, à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, pedindo informações a respeito do destino dado aos pedidos de convênios para repasse de vacinas e medicamentos, por parte da Prefeitura Municipal de Londrina, durante o ano de 1979, e ao senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, solicitando cópias dos pedidos de passagem, óculos e cadeiras de rodas, mencionados pelo doutor Oscar Alves, quando do seu depoimento junto a esta CPI. Solicita também, que sejam juntados vários documentos aos já existentes, no que se refere às possíveis irregularidades da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social. O senhor deputado Adhail Sprenger Passos, solicita que seja enviado expediente à Fundepar, pedindo cópias, do processo de aquisição de 12.000 carteiras escolares, do mês de junho próximo passado e do processo de aquisição de 10.000 carteiras escolares, do mês de março de 1981, feitos sem licitações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra a reunião, marcando outra para dia 29 de setembro do ano em curso, às 9:00 horas, no anfiteatro deste Poder Legislativo, cuja pauta será a apreciação e aprovação do relatório referente a Fundepar, da qual para constar eu, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos

legais.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às nove horas e quinze minutos, no anfiteatro do Poder Legislativo do Estado do Paraná, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados Sabino Campos, Adhail Sprenger Passos, José Fonseca, Nilso Sguarezi, Paulo Furiatti, Jorge Amim Maia Filho, Airtton Cordeiro, Luiz Gabriel Sampaio, Irondi Pugliesi, Djalma de Almeida, Augusto Carneiro, Odeni Mongruel, Fiori Luiz, Orlando Pessuti, Gabriel Manoel, Mário Pereira, Francisco Escorsin, Luiz Alberto de Oliveira, Osvaldo Alencar Furtado e Nestor Baptista, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, que no seu desenvolvimento, teve ainda a ocupar a presidência do senhor deputado Sabino Campos. O senhor presidente solicitou ao secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O senhor presidente, comunica o envio dos seguintes expedientes: à superintendência da Fundepar, ofício nº 034/83, à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, ofício nº 035/83, à Prefeitura Municipal de Londrina, ofício nº 036/83, à Liderança do Partido Democrático Social, ofício nº 014/83, ao senhor Alfeu Melo, ofício nº 038/83. Comunica também, o recebimento de telex do senhor Prefeito Municipal de Umuarama, e ofício do senhor Osmar Fernandes Dias, diretor presidente da Cafe do Paraná, enviando documentos referentes a irregularidades cometidas por funcionários daquele órgão. O senhor presidente designou o senhor deputado Fiori Luiz, para relator específico, referente às irregularidades da Cafe do Paraná, o qual deverá apresentar o roteiro específico, na reunião do próximo dia 06 de outubro, do ano em curso. Conforme ficou deliberado em reunião de 22/09/83, na presente reunião será apreciado e aprovado o relatório específico, referente a irregularidades na Fundepar. Os senhores deputados Luiz Gabriel Sampaio, relator geral e Adhail Sprenger Passos, relator específico, apresentam seus relatórios referentes a irregularidades na Fundepar. Após considerações dos senhores deputados Gabriel Manoel, Márcio Almeida, Jorge Amim Maia Filho, Augusto Carneiro, Paulo Furiatti, Nilso Sguarezi, Luiz Gabriel Sampaio, Airtton Cordeiro e Luiz Alberto de Oliveira, é iniciado o processo de votação, sendo rejeitado o relatório do senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio. Por solicitação do senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio, o senhor presidente determina a secretaria da Comissão, para que sejam numerados os autos dos documentos, referentes às irregularidades na Fundepar, para que possa ser apreciado o relatório apresentado pelo senhor Adhail Sprenger Passos. Como nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra a presente reunião, marcando outra reunião extraordinária para o próximo dia 03 de outubro do ano em curso, quando da pauta dos trabalhos constará a apreciação e votação do relatório do deputado Adhail Sprenger Passos, da qual para constar, eu Boanerges de Menezes Caldas, secretário da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida, e achada conforme, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que se

publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e oitenta e três, às 9:30 horas, no anfiteatro do Poder Legislativo do Estado do Paraná, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados Adhail Sprenger Passos, Orlando Pessuti, Airtton Cordeiro, Luiz Alberto de Oliveira, Ivan Gubert, Luiz Gabriel Sampaio, Paulo Furiatti, Sabino Campos, Jorge Amim Maia Filho, Tércio Albuquerque, Nilso Sguarezi, Caíto Quintana, Tuguio Setogutte, Homero Oguido, Márcio Almeida, e Nestor Baptista, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades cometidas na administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, solicitando ao senhor secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. Como consta da pauta dos trabalhos da presente reunião aprovado em reunião anterior, o senhor presidente colocou em discussão o relatório específico, referente a irregularidades cometidas na Fundepar, apresentado pelo senhor deputado Adhail Sprenger Passos. Para uma questão de ordem, usaram da palavra os senhores deputados Ivan Gubert e Luiz Alberto de Oliveira, que contestaram o relatório apresentado pelo senhor deputado Adhail Sprenger Passos. Às 10:05 horas, por solicitação do senhor deputado Luiz Alberto de Oliveira, retiram-se da reunião os membros da Bancado do Partido Democrático Social, que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Para uma questão de ordem, usam da palavra ainda, os senhores deputados Adhail Sprenger Passos e Nilso Sguarezi. Não havendo ninguém mais para discutí-lo, o senhor presidente coloca em votação o relatório apresentado pelo senhor deputado Adhail Sprenger Passos, o qual é aprovado com os votos dos senhores deputados Paulo Furiatti, Sabino Campos, Márcio Almeida, Orlando Pessuti, Adhail Sprenger Passos, Caíto Quintana e Homero Oguido. A seguir, o senhor presidente comunica o recebimento de requerimento firmado pelo senhor deputado Nestor Baptista, no qual solicita que sejam enviados expedientes aos senhores Deusdedit Gomes e Ângelo Moreira Fonseca, chefes das Ciretrans de Cruzeiro do Oeste e Umuarama, respectivamente, convocando-os a comparecer perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, na próxima reunião, do dia 06 de outubro do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos da próxima reunião será a seguinte: apresentação de roteiro específico, pelo senhor deputado Fiori Luiz, referentes a irregularidades na Cafe do Paraná, depoimento do senhor Alfeu de Melo, referente a possíveis irregularidades no IAPAR e depoimentos dos senhores Deusdedit Gomes e Ângelo Moreira Fonseca, referentes a possíveis irregularidades nas Ciretrans de Cruzeiro do Oeste e Umuarama, respectivamente, da qual para constar eu, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE

INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e oitenta e três, às 9:15 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno, e contando com a presença dos senhores deputados Adhail Sprenger Passos, Orlando Pessuti, Sabino Campos, Paulo Furiatti, Márcio Almeida, Fiori Luiz e José Fonseca, a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar irregularidades em órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, que no seu desenvolvimento, teve ainda a ocupar a presidência, o senhor deputado Fiori Luiz. O senhor presidente, solicitou ao senhor secretário a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada com a seguinte observação: o doutor Ângelo Moreira Fonseca, é advogado e não chefe da Ciretran de Cruzeiro do Oeste. O senhor presidente, comunica o envio de expediente aos senhores Deusdedit Alvares Gomes, Ângelo Moreira da Fonseca e Alfeu de Melo, convocando-os a comparecer perante esta CPI. A seguir, o senhor presidente lê o teor da portaria nº 674/83, firmada pelo senhor diretor geral deste Poder Legislativo, que designa o doutor Manoel Caetano Ferreira Filho, advogado do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, para prestar serviços junto a esta CPI. Comunica também, o recebimento de ofício do senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, enviando cópia de documentos, solicitados através de ofício nº 035/83, desta CPI, do senhor presidente da Câmara Municipal de Toledo, comunicando a aprovação por aquela Câmara Municipal, de um voto de repúdio ao deputado federal Oscar Alves, em face às acusações feitas ao senhor Arnaldo Agenor Bertone, diretor administrativo da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, quando de seu depoimento perante esta CPI e do senhor superintendente do Instituto de Previdência do Estado, o qual encaminha Termo de Ultimização de Instrução, da Comissão de Processo Administrativo, instituída naquela órgão. O senhor presidente, designa o senhor deputado José Fonseca, para elaborar e apresentar o roteiro específico na próxima reunião do dia 20 de outubro do corrente ano, referente ao Instituto de Previdência do Estado. Em seguida, prestam depoimentos perante a Comissão os senhores Alfeu de Melo, Ângelo Moreira da Fonseca e Deusdedit Alvares Gomes, os quais após prestarem o compromisso legal, responderam às indagações dos senhores deputados previamente inscritos, conforme constam das listas de incrições anexas às notas taquigráficas dos respectivos depoimentos. Após prestarem seus depoimentos e com os agradecimentos emitidos pela presidência são dispensadas as testemunhas que nesta reunião foram ouvidas. O senhor deputado Márcio Almeida, através questão de ordem, propõe a suspensão dos trabalhos do próximo dia 13 de outubro do corrente ano, a qual é colocada a consideração dos senhores membros da CPI e aprovada. O senhor deputado Adhail Sprenger Passos, com a palavra, tece comentários sobre a ausência dos membros da Bancada do Partido Democrático Social nesta CPI. O senhor deputado Fiori Luiz, apresenta proposta de roteiro referente a possíveis irregularidades cometidas na Cafe do Paraná, a qual colocada em discussão e votação, é aprovada. O senhor deputado Paulo Furiatti, com a palavra, apresenta requerimentos nos seguintes teores: 1) encaminhado ao diretor presidente do Instituto Agrônômico do Paraná, solicitando sejam incluídos entre os documentos que compõem o processo de investigação daquele IAPAR, cópia da Sindicância Interna realizada naquele instituto, como complementação ao depoimento do auditor Independente doutor Alfeu de Melo; e 2) oficiado aos senhores secretários

de Estado da Justiça e Segurança Pública, bem como ao senhor presidente Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, convidando-os a comparecer perante esta CPI, para falarem sobre possíveis irregularidades cometidas na Ciretran de Cruzeiro do Oeste. O senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos da reunião do próximo dia 20 de outubro do ano em curso, será a seguinte: I) apresentação e votação do relatório específico, referente a possíveis irregularidades junto ao Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR; II — apreciação e votação, de roteiro específico, referentes a possíveis irregularidades no Instituto de Previdência do Estado, e III — depoimentos dos senhores Cesar Bess, auditor e Leo Loureiro, chefe da Controladoria da Cafe do Paraná, conforme roteiro aprovado, referente a possíveis irregularidades cometidas na Cafe do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra a presente reunião, mandando lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da comissão e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 6 de outubro do 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e oitenta e três, às 9:30 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados José Fonseca, Adhail Sprenger Passos, Fiori Luiz, Nilso Sguarezzi, Márcio Almeida, Nestor Baptista, Paulo Furiatti, Edmar Luiz Costa e Nelson Vasconcellos, a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas em órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, que tem ainda no decorrer da reunião a presidência ocupada pelo senhor deputado Sabino de Campos. Lida a ata da reunião anterior, foi aprovada com as seguintes observações: o senhor Ângelo Moreira da Fonseca e o atual chefe da Ciretran de Umuarama e não da Ciretran de Cruzeiro do Oeste e o senhor Deusdedit Alvares Gomes é advogado e não chefe da Ciretran de Cruzeiro do Oeste, como consta da ata da reunião do dia 06 de outubro próximo passado. O senhor presidente, comunica o envio dos ofícios nºs 42/83, 43/83, 44/83, 45/83, 46/83, e 47/83 e o recebimento dos ofícios nºs 1015/83, firmado pelo senhor secretário de Estado da Agricultura e 294/83, firmado pelo senhor deputado estadual Nelson Vasconcellos. Como consta da pauta dos trabalhos da presente reunião, o senhor presidente convoca o senhor relator geral, para apresentar o relatório específico, referente a possíveis irregularidades junto ao Instituto Agrônômico do Paraná. Constatada a ausência do senhor relator geral, o senhor presidente designa o senhor deputado Paulo Furiatti, para elaborar o relatório específico, referente a possíveis irregularidades junto ao IAPAR, e na próxima reunião extraordinária, marcada para as 10:30 horas do dia 24 de outubro do corrente ano, seja o mesmo apreciado e votado. O senhor deputado José Fonseca, com a palavra, conforme ficou deliberado em reunião anterior, apresenta roteiro de trabalho, referente a apuração de possíveis irregularidades junto ao Instituto de Previdência do Estado, o qual é aprovado. A seguir o senhor presidente convoca os senhores Cesar Augusto Bess, auditor independente e Léo Loureiro, chefe da Controladoria da Cafe do Paraná,

a prestarem depoimentos, referentes a possíveis irregularidades junto a.Cafe do Paraná, os quais após prestarem o compromisso legal, responderam às indagações dos senhores deputados previamente inscritos, conforme constam das listas de inscrições anexas às notas taquigráficas dos respectivos depoimentos. Após prestarem seus depoimentos e com os agradecimentos emitidos pela presidência, são dispensadas as testemunhas que nesta reunião foram ouvidas. O senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos para a próxima reunião extraordinária do dia 24 de outubro do ano em curso, será a seguinte: apresentação do relatório específico, para apurar possíveis irregularidades no IAPAR, pelo senhor deputado Paulo Furiatti, para apreciação e votação dos senhores membros da CPI. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrado os trabalhos, mandando lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada por mim, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da Comissão e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas - Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 11:00 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida, Sabino Campos, Paulo Furiatti, Orlando Pessuti e Caíto Quintana, a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos da presente reunião, que teve ainda no seu decorrer a ocupar a presidência o senhor deputado Sabino Campos. O senhor presidente comunica o envio de correspondência referente à solicitação do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, e constituída de 21 ofícios. Conforme a pauta dos trabalhos da presente reunião, o senhor deputado Paulo Furiatti faz a apresentação do relatório específico, referente a possíveis irregularidades administrativas no IAPAR, o qual colocado a consideração dos senhores membros é aprovado. O senhor deputado Adhail Sprenger Passos, com a palavra, encaminha cópia dos artigos publicados pelo jornal Gazeta do Povo, referentes a assunto pertinente ao relatório apresentado sobre a Fundepar. O senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos da próxima reunião constará dos depoimentos de suas suas excelências os senhores Secretário de Estado da Justiça, Secretário de Estado da Segurança Pública, e deputado Olivir Gabardo, presidente do Diretório Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra os trabalhos, e comunica a próxima reunião para o dia 27 do corrente às 9:00 horas, mandando lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada por mim, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da comissão e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:30 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno, e contando com as presenças dos senhores deputados José Fonseca, Sabino Campos, Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida, Paulo Furiatti, e Nilso Sguarezi, a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos. A seguir prestam o compromisso legal, os senhores Horácio Raccanelo Filho, secretário de Estado da Justiça e senhor Luiz Felipe Haj Mussi, os quais são inqueridos pelo senhor deputado Paulo Furiatti, conforme consta das notas taquigráficas. Tendo em vista a ausência do senhor deputado Olivir Gabardo, presidente do Diretório Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o senhor presidente determina, sejam expedidas comunicações, para que o mesmo seja convocado para a próxima reunião desta CPI, que realizar-se-á no próximo dia 10 de novembro do ano em curso. O senhor presidente comunica o recebimento de documentação referente a Secretaria dos Transportes, relacionados com as administrações dos portos de Paranaguá e Antonina e da Secretaria de Estado da Justiça, informando que tal documentação ficará a disposição do relator geral e relatores parciais. Por sugestão aprovada do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, a presidência determina a comunicação oficial ao senhor relator geral, do recebimento das aludidas documentações. O senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos da próxima reunião constará da apresentação do roteiro específico referente a possíveis irregularidades junto a Secretaria de Estado da Justiça, pelo senhor deputado José Fonseca e o depoimento do senhor deputado Olivir Gabardo, presidente do Diretório Regional do PMDB. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrado os trabalhos, mandando lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada por mim, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da comissão e pelo senhor presidente para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:20 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados Nilso Sguarezi, Paulo Furiatti, Sabino Campos, José Fonseca, Nestor Baptista, Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida e Fiori Luiz, a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, solicitando ao senhor secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O senhor presidente, comunica o envio dos ofícios de nºs 16/83, 17/83, 19/83, 20/83, 21/83, 22/83, 23/83, 74/83 e 75/83, bem como o seguinte expediente recebidos: da Prefeitura Municipal de Londrina, ofício nº 1345/83, da Secretaria de Estado da Agricultura, encaminhando memorando, do senhor deputado Federal Olivir Gabardo, telex datado de 27/10/83 e ofício s/nº, datado de 07/11/83, do senhor diretor do departamento estadual de Transportes

Oficial, ofício nº 216/83 e da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, ofício nº 1023/83. Em seguida, após leitura pelo senhor Secretário e considerações do senhor deputado Márcio Almeida, é rejeitado o relatório encaminhado através do protocolado nº 2659/83, pelo senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio, sobre irregularidades administrativas junto à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, ficando designado o senhor deputado Márcio Almeida para a apresentação de relatório específico na próxima reunião extraordinária a ser realizada no dia 16 do mês em curso, quando será ouvido, inclusive, o depoimento do senhor deputado Olivir Gabardo, conforme sugestão aprovada do senhor deputado Adhail Sprenger Passos. É apresentado o roteiro específico sobre irregularidades na Secretaria de Estado da Justiça, pelo senhor deputado José Fonseca, o qual é aprovado. O senhor deputado Fiori Luiz é designado para a apresentação de roteiro específico, sobre as denúncias recebidas do departamento estadual de Transportes Oficiais. O senhor deputado Nestor Baptista, comunica que o relatório específico referente às denúncias sobre o Detran, será entregue em um período de quinze dias. O senhor presidente, defere o requerimento apresentado pelo senhor deputado Nilso Sguarezi, solicitando providências referentes à documentação que integrará o "dossiê", sobre as denúncias da Promopar, bem como a designação de um sub-relator para a matéria, ficando designado o senhor deputado Márcio Almeida. Em seguida o senhor deputado comunica que a pauta da reunião extraordinária do dia 16 do corrente mês às 9:00 horas, será a apresentação do relatório específico, pelo senhor deputado Márcio Almeida, sobre irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social e o depoimento do senhor deputado Olivir Gabardo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrado os trabalhos, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada por mim, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da Comissão e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO — CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:10 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados José Fonseca, Adhail Sprenger Passos, Nilso Sguarezi, Paulo Furiatti, Sabino Campos, Roberto Requião, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Márcio Almeida e Artagão de Mattos Leão, a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos da presente reunião, que teve ainda no seu decorrer a ocupar a presidência o senhor deputado Sabino Campos. O senhor presidente solicitou ao senhor secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O senhor presidente comunica o envio dos ofícios de nºs 76/83, 77/83, 78/83, 79/83, 80/83, 81/83, 82/83, 83/83, 84/84, 85/83 e 86/83, bem como o recebimento dos expedientes ofício nº 245/83 da Paranatur, ofício nº 231/83, da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste e ofícios nºs 1177/83 e 1178/83, da Casa Civil do

Governo do Estado do Paraná. A seguir presta compromisso legal o senhor deputado João Olivir Gabardo, o qual é inquirido pelo senhor deputado Paulo Furiatti, conforme consta das notas taquigráficas. O senhor deputado Márcio Almeida apresenta relatório específico sobre irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, o qual é aprovado. O senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos da próxima reunião o dia 17 do mês em curso, às 9:00 horas, na Sala das reuniões técnica constará dos depoimentos dos senhores doutor Ruy Armando Sabino dos Santos, doutor Hipólito Haluch, Ronaldo Constanzo e Hélio Fernandes, bem como a apresentação do roteiro específico sobre possíveis irregularidades no departamento Estadual de Transporte Oficial, pelo senhor deputado Fiori Luiz. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrado os trabalhos, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada por mim, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da comissão e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO — Presidente

Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:20 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados Nilso Sguarezi, Nestor Baptista, José Fonseca, Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida, Sabino Campos, Fiori Luiz e Sérgio Spada, a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos da presente reunião, que teve ainda no seu decorrer a ocupar a presidência o senhor deputado Sabino Campos. O senhor presidente solicitou ao senhor secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O senhor presidente comunica o envio dos ofícios números 087/83, 088/83, 089/83, 090/83 e 091/83, bem como o recebimento do ofício nº 1383/83, do Instituto de Previdência do Estado. A seguir prestam compromisso legal os senhores Ruy Armando Sabino dos Santos, Hipólito Haluch, Ronaldo Antonio Constanzo e Hélio Fernandes, os quais responderam às indagações dos senhores deputados previamente inscritos, conforme consta da lista da inscrições anexas às notas taquigráficas. Após prestarem seus depoimentos e com os agradecimentos emitidos pela previdência, são dispensadas as testemunhas que nesta reunião foram ouvidas. São aprovados os requerimentos dos senhores deputados Fiori Luiz, referente a solicitações às Secretarias de Estado da Justiça e Finanças e Adhail Sprenger Passos, referente ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná. São designados relatores específicos referentes a documentações recebidas: 1) das Secretarias de Estado da Educação e da Cultura e Esportes, o senhor deputado Adhail Sprenger Passos; 2) da Secretaria de Estado dos Transportes e Paranatur, o senhor deputado Nestor Baptista e 3) do Instituto de Previdência do Estado, o senhor deputado José Fonseca. O senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos da próxima reunião, que realizar-se-á no próximo dia 24 de novembro do ano em curso será a seguinte: 1) apresentação de roteiro pelo

senhor deputado Adhail Sprenger Passos, referente às Secretarias de Estado da Educação e Cultura e Esportes; 2) apresentação de roteiro pelo senhor deputado Nestor Baptista, referente a Secretaria de Estado dos Transportes e Paranatur; e 3) apresentação de roteiro pelo senhor deputado José Fonseca, referente ao Instituto de Previdência do Estado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, mandando lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim, Boanerges de Menezes Caldas, Secretário da Comissão e pelo presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO – Presidente

Boanerges de Menezes Caldas – Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO – CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:20 horas, reuniu-se sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados Adhail Sprenger Passos, Márcio Almeida, Fiori Luiz, José Fonseca, Nestor Baptista, Sabino Campos e Nilso Sguarezi, a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná. Havendo número legal, o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, solicitando ao senhor secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada com a seguinte observação: na referida ata, deveria ter constado da pauta dos trabalhos da apresentação de relatório específico, referente a irregularidades junto ao Detran, pelo senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio, relator geral. O senhor presidente comunica o envio dos ofícios nºs 94/83, 95/83, e 96/83 como, o recebimento do ofício nº 2134/83, da Surehma. Verificada ausência do senhor relator geral, deputado Luiz Gabriel Sampaio, o senhor presidente designa o senhor deputado Nestor Baptista, para que no prazo de três dias apresente relatório específico, referente a irregularidades no Detran. A seguir o senhor presidente solicita aos senhores deputados Adhail Sprenger Passos e Nestor Baptista a apresentação de roteiros referentes a possíveis irregularidades na secretarias de Estado da Educação, Cultura e Esportes, Transportes e Paranatur. Com a palavra os senhores deputados Adhail Sprenger Passos e Nestor Baptista, solicitam um prazo maior para apresentação dos roteiros acima mencionados, em vista que se encontra em tramitação nesta Casa de Leis, requerimento firmado pelo presidente da CPI, solicitando a suspensão dos trabalhos da CPI, a partir do dia 05 de dezembro do ano em curso e voltando aos trabalhos normais a partir da abertura da 11ª Legislatura. Com relação a pauta dos trabalhos que designava o senhor deputado José Fonseca, para a apresentação de roteiro específico, referente ao Instituto de Previdência do Estado, na presente reunião, ficou esclarecido pelo mesmo, que tal roteiro foi devidamente aprovado na reunião anterior do dia 20/10/83, ficando em consequência anotada a retificação na ata lida. É aprovado requerimento do senhor deputado José Fonseca, para que os integrantes da CPI e pessoal da imprensa, visitem para constatar "in loco", às condições em que se encontram as obras de construção da Penitenciária de Tamarana no município de Londrina. O senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos da próxima reunião extraordinária que realizar-se-á no próximo dia 29 de novembro do ano em curso, às 9:00 horas, será a apresentação de

relatório específico pelo senhor deputado Nestor Baptista, referente à irregularidades no Detran. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrado os trabalhos, mandando lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada por mim Boanerges de Menezes Caldas, secretário da comissão e pelo senhor presidente para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO – Presidente

Boanerges de Menezes Caldas - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO – CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às 9:35 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar irregularidades cometidas por órgãos da administração pública do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Rubens Bueno e contando com a presença dos senhores deputados Adhail Sprenger Passos, Nestor Baptista, Márcio Almeida, Sabino Campos e Nilso Sguarezi. Havendo número legal o senhor presidente deu por iniciado os trabalhos, solicitando ao senhor secretário a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O senhor presidente comunica o recebimento dos ofícios nºs 647/83, 686/83, 687/83, da Cafe do Paraná, 429/83, da Telepar e 1876/83 da Secretaria de Estado da Segurança Pública. É designado como relator específico sobre a documentação recebida da Surehma, o senhor deputado Sabino Campos. É aprovado requerimento do senhor deputado Paulo Furiatti para que esta CPI investigue à respeito das denúncias veiculadas pela imprensa da Capital e Nacional, sobre possíveis irregularidades na nomeação através de Processos Seletivos Internos, realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Conforme consta da pauta dos trabalhos da presente reunião, o senhor deputado Nestor Baptista apresentou relatório específico sobre irregularidades no Detran, o qual foi aprovado por unanimidade pelos senhores deputados presentes à reunião. É aprovada sugestão do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, para que esta CPI retorne aos seus trabalhos normais durante o recesso parlamentar, ficando em consequência tal decisão na dependência de apresentação de requerimento a ser apreciado em plenário. O senhor presidente comunica que a pauta dos trabalhos da próxima reunião ordinária que realizar-se-á no próximo dia 1º de dezembro do ano em curso, às 9:00 horas, será a apresentação da sinopse dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, compreendido no período de 09 de agosto a 29 de novembro do ano de 1983, para apreciação e elaboração de relatório parcial, referentes as atividades da CPI, no citado período. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerra os trabalhos, mandando lavrar a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada por mim, Boanerges de Menezes Caldas, secretário da comissão e pelo senhor presidente, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1983.

(aa) RUBENS BUENO – Presidente

Boanerges de Menezes Caldas - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e três, na sala das comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Djalma de

Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Caíto Quintana e Ezequias Losso. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a reunião, sendo aprovada a ata da reunião anterior. Nada havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: PROJETO DE LEI Nº 88/83, de autoria do Tadeu Lúcio Machado e outros. Aos diretores de empresas nas quais o Estado seja acionista majoritário, é assegurado percepção de honorários, conforme especifica. Relator deputado Hermas Brandão. Requerimento de vistas do deputado Anibal Khury. DEFERIDO. 2) PROJETO DE LEI Nº 106/83 de autoria do deputado Tadeu França. Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro no Município de Santa Fé. Relator deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 3) PROJETO DE LEI Nº 102/83 de autoria do deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo efetivar como funcionários estatutários servidores que contratados pelo regime CLT, contém ou venham contar com mais de dois (02) anos de serviços prestados ao Estado e dá outras providências. Relator deputado Anibal Khury. Parecer no sentido de converter em sugestão ao governador. APROVADO. 4) PROJETO DE LEI Nº 113/83 do deputado Jorge Amim Maia Filho. Cria o município de Rosário, com sede e divisas do atual distrito administrativo de Rosário e território desmembrado do município de Grandes Rios. Relator deputado Anibal Khury. Parecer no sentido de ser convertido em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 5) PROPOSIÇÃO Nº 87/83 oriunda de Mensagem do Poder Executivo nº 80/83. Encaminha cópia autêntica do termo de 13.06.83. Encaminha cópia autêntica do convênio nº 12, de 26.01.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o município de Foz do Iguaçu, com interveniência da SUDESUL, objetivando implantação do sistema de Galerias de Águas Pluviais. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com o respectivo Projeto de Resolução. 6) PROJETO DE LEI Nº 105/83, de autoria do deputado Márcio de Almeida. Declara de utilidade pública a União Paranaense dos Estudantes - UPE, com sede nesta capital. Relator deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 7) PROPOSIÇÃO Nº 85/83 do Poder Executivo - Mensagem nº 90/83. Encaminha cópias autênticas de termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. Relator deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com o respectivo projeto de resolução. 8) PROPOSIÇÃO Nº 82/83 do Poder Executivo (Veto ao Projeto de Lei Complementar nº 40/83). Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 150, da Lei 6174, de 16.11.70. Relator deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL à apreciação do veto. APROVADO. 9) PROJETO DE LEI Nº 115/83, do deputado Tadeu Lúcio Machado. Declara de utilidade pública a "Liga Platinense de Futebol", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina. Relator deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião (13ª), para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos, será assinada pelo senhor presidente Djalma de Almeida Cesar, pelos senhores deputados presentes e por mim Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente
Lúcia Maria da Veiga Segall - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de agosto de um mil, novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Edmar Luiz Costa, Caíto Quintana e Artagão de Mattos Leão. 1) PROTOCOLADO Nº 5585/83, do senhor diretor geral, que encaminha fotocópias para a Comissão de Constituição e Justiça. Relator deputado Caíto Quintana. Requerimento no sentido de ser enviado à Comissão Executiva para resposta aos quesitos formulados pelo senhor deputado Ivan Gubert. DEFERIDO. 2) PROJETO DE LEI Nº 89/82, de autoria do senhor deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Declara de utilidade pública a "Associação de Recuperação dos Alcoólatras - AAA", com sede e foro no município de Tapejara. Relator deputado Ezequias Losso. Parecer favorável. APROVADO. 3) PROPOSIÇÃO Nº 88/83, oriunda do Poder Executivo - Mensagem nº 81/83. Encaminha cópias autênticas de termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. Relator deputado Edmar Luiz Costa. Parecer favorável. APROVADO com o respectivo Projeto de Resolução. 4) PROPOSIÇÃO Nº 74/83, do Poder Executivo - Mensagem nº 73/83. Encaminha cópia autêntica do convênio celebrado em 13.05.82, entre o Estado do Paraná e a URBS, Urbanização de Curitiba, com interveniência do município de Curitiba, objetivando estabelecer compromisso que especifica, entre as entidades signatárias. Relator deputado Ezequias Losso. Parecer favorável. APROVADO com o respectivo projeto de resolução. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos, será assinada pelo senhor presidente Djalma de Almeida Cesar, pelos senhores deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente
Lúcia Maria da Veiga Segall - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos treze dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, compareceram os senhores deputados: Djalma de Almeida Cesar, Gilberto Carvalho e Artagão de Mattos Leão, membros efetivos da Comissão de Constituição e Justiça, especialmente convocados de acordo com o Regimento Interno desta Casa para realizar a 15ª Reunião Ordinária desta Comissão. Não havendo número legal, o senhor presidente Djalma de Almeida Cesar não abriu a reunião, nada podendo ser apreciado. O senhor presidente determinou que fosse lavrado o presente termo de ata, e que fosse comunicado aos senhores deputados, membros da Comissão, que na terça-feira dia vinte de agosto, haverá reunião. Eu, Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária da comissão lavrei o presente termo de ata, que após lido e achado conforme, será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes à próxima reunião e por mim secretária.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR – Presidente
Lúcia Maria da Veiga Segall - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DE ATA

Aos vinte dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e três na Sala de Reunião das Comissões, compareceram os senhores deputados: Djalma de Almeida Cesar, Ivan Gubert, Edmar Luiz Costa, Basílio Zanusso e Gilberto Carvalho, membros efetivos da Comissão de Constituição e Justiça, especialmente convocados de acordo com o Regimento Interno desta Casa para realizar a 16ª Reunião Ordinária desta Comissão. Não havendo número legal, o senhor presidente Djalma de Almeida Cesar não abriu a reunião, nada podendo ser apreciado. O senhor presidente determinou que fosse lavrado o presente termo de ata e que fosse comunicado aos senhores deputados membros da Comissão que na quarta-feira, dia 21 de setembro, logo após a reunião plenária, haveria reunião da Comissão. Eu Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária da Comissão, lavrei a o presente termo de ata, que após lido e achado conforme será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes à próxima reunião e por mim secretária.

Sala das Comissões, em 20 de setembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR – Presidente
Lúcia Maria da Veiga Segall - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
-1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de um mil novecentos e oitenta e três, às quatorze horas, na Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos senhores deputados, membros da comissão. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, foram abertos os trabalhos com a palavra do senhor presidente da Comissão, falando do processo que seria relatado. Tratando-se a matéria da Prestação de Contas pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais deste Poder Legislativo, regulamentada pela Resolução 19/69 e Decreto Legislativo 14/82, da verba designada aos senhores deputados referente ao exercício de 1982, tendo como relator o senhor deputado José A. Fonseca, com parecer favorável. Os demais deputados membros da Comissão ao examinarem o processo, concluíram que o mesmo estava em plenas condições de ser aprovado por esta Comissão de Tomada de Contas. APROVADO por unanimidade. Terminada a votação, o senhor presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados membros da Comissão e por mim, Eumênia O. Triches, secretária da comissão.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) ANIBAL KHURY – Presidente
Eumênia O. Triches - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia Hruschka, constatada existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia,

oportunidade em que o senhor deputado Tadeu Lúcio Machado, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 13/83, de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, que dispõe sobre a adoção do livro didático nas Escolas públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências. PROJETO DE LEI Nº 51/83, de autoria do senhor deputado Tadeu França, que declara de utilidade pública a Colméia Menina de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia A. Hruschka, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Gilberto Carvalho, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 45/83, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 43/83, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná e vários municípios, visando a execução de obras em conformidade com o programa Pronoroeste. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58/83, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 59/83, que aprova convênio nº 20/83, entre o Estado do Paraná, e o município de Nova Cantu, objetivando a construção do terminal rodoviário na sede do referido município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia A. Hruschka, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 62/83, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição nº 12/83, que aprova o termo de cooperação técnica e Financeira entre o Estado do Paraná e o município de Umuarama, objetivando a execução do programa Prosafras, no exercício de 1982. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63/83, de autoria da Comissão de

Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 02/82, que aprova os termos aditivos entre o Estado do Paraná e vários municípios, objetivando a execução do programa Prosafras, no exercício de 1982. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA A. HRUSCHKA — Presidente

Lélío G. Sotto Maior - secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia A. Hruschka, verificada a existência de número legal a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 12/83, de autoria do deputado Fuad Nacli, que estabelece redução sobre multas, juros e correção monetária incidentes sobre as construições em atraso no IPE e CPSJ; PROJETO DE LEI Nº 43/83, de autoria do deputado Edgard Pimentel, que denomina Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto, o estabelecimento de ensino de segundo grau, da cidade de Cascavel. PROJETO DE LEI Nº 62/83, de autoria do deputado Werner Wanderer, que eleva para 11 (onze) o número de vereadores da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, a partir da próxima legislatura. PROJETO DE LEI Nº 91/83, de autoria do deputado Paulo Furiatti, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao senhor Teotônio Brandão Vilela. Projetos de Resolução de nºs 08/83, 10/83, 13/83 e por senhor deputado Gilberto Carvalho foi apresentada a redação final ao Projeto de Resolução nº 61/83, as quais foram aprovadas sem restrições. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA A. HRUSCHKA — Presidente

Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Edmar L. Costa, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 33/83, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo doar imóvel do Estado, conforme especifica à Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho. PROJETO DE LEI Nº 44/83, de autoria do deputado Mário Pereira, que veda qualquer desconto em

folhas de pagamento de servidores públicos do Estado, sem prévia comprovação e anotação pelo órgão pagador, dos números de registro do CGC ou CPF do favorecido e dá outras providências. PROJETO DE LEI Nº 60/83, de autoria do deputado Augusto Carneiro, que denomina Rodovia Basílio Boiko, a estrada que partindo da BR-487, ligará Iretama a BR-369, no trecho que especifica. PROJETO DE LEI Nº 90/83, de autoria do deputado Sabino Campos. Declara de utilidade pública a Ação Social São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Toledo, bem como os projetos de Resolução nºs 53/83, 57/83, 67/83, 69/83 e 73/83, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 27/83, de autoria do deputado Augusto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Campo Mourão o imóvel que especifica. PROJETO DE LEI Nº 68/83, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Luz e Esperança, da cidade de Mandaguáçu. PROJETO DE LEI Nº 99/83, de autoria do deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Obra Social Santo Expedito, com sede nesta Capital, bem como os projetos de Resolução nºs 55/83, 56/83, 68/83, 70/83, 71/83, 72/83 e 82/83, quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia Hruschka, verificada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final ao PROJETO DE LEI Nº 97/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 75/83, que encaminhou anteprojeto de lei objetivando alterar dispositivos da Lei nº 5944, de 21 de maio de 1969, Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do

Estado, conforme especifica. Aprovada. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Edmar L. Costa, verificada a existência de número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 92/83, de autoria do deputado Roberto Requão, que declara de utilidade pública a Associação de Estudos da Educação Infantil, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 103/83, do deputado Basílio Zanusso. Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - SOS, com sede e foro em Cruzeiro do Oeste. PROJETO DE LEI Nº 109/83, de autoria do deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de São Braz, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 110/83, do deputado Odeni Mongruel, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira, bem como os projetos de Resolução nºs 6/83, 74/83, 75/83, 76/83, 77/83 e 78/83, as quais foram APROVADAS sem observação. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela senhora presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR L. COSTA — Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Edmar L. Costa, constatada a existência de número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor presidente avocou e relatou os seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 98/83, de autoria do deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo realizar concurso interno, para enquadramento na carreira de Agente Fiscal, servidores contratados como Conferente, conforme especifica. PROJETO DE LEI Nº 104/83, do deputado Werner Wanderer que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Marechal Cândido Rondon. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/83, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova

termo aditivo ao convênio celebrado entre o governo do Estado e o município de Londrina, como especifica. Foram aprovadas as redações finais sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1983.

(aa) EDMAR L. COSTA — Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Edmar L. Costa, constatada a existência de número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Gilberto Carvalho apresentou Redação Final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 105/82, de autoria Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Itambé, área de terreno que especifica. PROJETO DE LEI Nº 30/83, de autoria do deputado Nestor Baptista, que concede o título de cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. José Alencar Furtado. PROJETO DE LEI Nº 48/83, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o poder Executivo doar veículos às prefeituras municipais. PROJETO DE LEI Nº 67/83, de autoria do deputado Artagão de Mattos Leão, que autoriza o Poder Executivo criar uma circunscrição do Serviço de Trânsito no município de São João do Ivaí, como especifica. PROJETO DE LEI Nº 94/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 69/83, que subscreeve aumento de capital Mineropar, como especifica. PROJETO DE LEI Nº 100/83, de autoria do deputado Luiz Alberto de Oliveira, que denomina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, o edifício sede da Copel. PROJETO DE LEI Nº 105/83, de autoria do deputado Márcio Almeida, que declara de utilidade pública a União Paranaense dos Estudantes. PROJETO DE LEI Nº 106/83, do deputado Tadeu França, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Santa Fé. PROJETO DE LEI Nº 115/83, do deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de utilidade pública a Liga Platinense de Futebol, com sede e foro em Santo Antônio da Platina, bem como O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44/83, de autoria do deputado Trajano Bastos, que acresce ao artigo 23, do Regimento Interno, um artigo que especifica. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 07 de outubro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de um

mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Tadeu Lúcio Machado, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 89/83, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 64/83, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a reverter ao patrimônio do Estado o imóvel situado nesta Capital, à rua Carlos Cavalcanti, conforme especifica. PROJETO DE LEI Nº 141/83, de autoria do senhor deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social - PROVOPAR, com sede nesta Capital. Aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Relator

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 145/83, de autoria do senhor deputado Airton Cordeiro, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, a Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs 16/83, 17/83, 18/83, 19/83, 20/83, 21/83, 22/83, 23/83, 24/83, 25/83, 79/83, 80/83 e 83/83, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs 26/83, 27/83, 28/83, 29/83, 30/83, 31/83, 32/83 e 34/83, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente

encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 14 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora Amélia Hruschka, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Edmar L. Costa apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 87/83, de autoria do deputado Eduardo Baggio. Declara de utilidade pública o Templo de Alvorada, desta Capital. PROJETO DE LEI Nº 154/83, de autoria do deputado Gernote Kirinus, que declara de utilidade pública a Grande Loja Maçônica Unida do Paraná, com sede e foro nesta capital. PROJETO DE LEI Nº 164/83, de autoria do deputado Gernote Kirinus, que declara de utilidade pública a Loja Maçônica Saint Germain, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 165/83, de autoria do deputado Gernote Kirinus, que declara de utilidade pública a Grande Loja Maçônica Unida do Paraná, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 167/83, de autoria do deputado Gernote Kirinus, que declara de utilidade pública a Sociedade Filatélica de Curitiba, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs 35/83, 37/83, 38/83, 39/83 e 40/83, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da senhora deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a senhora presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Gilberto Carvalho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 158/82, do deputado Renato Bernardi, Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Dr. Justiniano Clímaco da Silva. PROJETO DE LEI Nº 39/83, do deputado Rubens Bueno. Dispõe sobre o controle de Agrotóxicos e outros biocidas, como especifica. PROJETO DE LEI Nº 78/83, do deputado Homero Oguido. Declara de utilidade pública a Associação Missionária Educativa de Santa Ana, com sede em Londrina. PROJETO DE LEI Nº 81/83, declara de utilidade pública a Creche São Judas Tadeu, desta

Capital. PROJETO DE LEI Nº 107/83, do deputado Rubens Bueno. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Araruna. PROJETO DE LEI Nº 114/83, do deputado Nestor Baptista. Dispõe sobre a execução dos Hinos Nacional, à Bandeira e do Estado. PROJETO DE LEI Nº 127/83, do deputado Jorge Maia Filho. Declara de utilidade pública o SOS de Marilândia do Sul. PROJETO DE LEI Nº 132/83, do Poder Executivo. Mensagem 97/83, dá nova redação ao artigo 259, da Lei nº 1943, de 23.06.54. PROJETO DE LEI Nº 166/83, do deputado Gernote Kirinus. Declara de utilidade pública Loja Maçônica Luz Invisível nº 33, desta Capital. PROJETO DE LEI Nº 174/83, do Poder Executivo. Mensagem

nº 106/83, dispõe sobre limites de contratação de empréstimos internos pela administração direta ou indireta como específica. PROJETO DE LEI Nº 182/83, do deputado Tadeu Lúcio Machado. Dá nova redação à Lei nº 6639, de 05.12.74, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nºs 41/83, 42/83, 43/83, 54/83, 84/83 e 85/83, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela senhora presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
Lélío G. Sotto Maior - Secretário